



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 11/2013

Aprova a versão atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFBA 2012/2016.

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação extraída da sessão realizada em 25.10.2013,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a versão atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFBA 2012/2016, nos termos estabelecidos no documento em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Reitoria, 25 de outubro de 2013.

Dora Leal Rosa
Reitora
Presidente do Conselho Universitário

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



PDIufba

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2012-2016

Salvador, dezembro de 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor	Dora Leal Rosa
Vice-Reitor	Luiz Rogério Bastos Leal
Chefe de Gabinete	Fernando Luiz Trindade Rêgo
Pró-Reitor de Ensino de Graduação	Ricardo Carneiro de Miranda Filho
Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação	Robert Evan Verhine
Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação	Marcelo Embiruçu de Souza
Pró-Reitor de Extensão Universitária	Dulce Tamara da Rocha L. da Silva / Blandina Felipe Viana
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento	Iracema Santos Veloso / Maria Isabel Pereira Viana
Pró-Reitor de Administração	Paulo Cesar Vilaça de Queiroz / Dirceu Martins
Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas	Antônio Eduardo Mota Portela
Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	Dirceu Martins / Dulce Tamara da Rocha L. da Silva

Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN

Iracema Santos Veloso
Ilka Bichara
Aurélio Gonçalves de Lacerda

Colaboração

Luiz Rogério Bastos Leal – Vice-Reitoria
Ricardo Carneiro de Miranda Filho - PROGRAD
Robert Evan Verhine - PROPG
Marcelo Embiruçu de Souza - PROPCI
Dulce Tâmara da Rocha L. da Silva – PROEXT
Paulo Cesar Vilaça de Queiroz- PROAD
Antônio Eduardo Mota Portela - PRODEP
Dirceu Martins - PROAE
Roberto Meyer Nascimento - CHS
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos – ISP
Paulo de Arruda Penteadado Filho Penteadado – UAB
Luiz Cláudio de A. Mendonça - CPD

Layout

Sandra Ma. Duarte de Assumpção - PROPLAN

Impressão

EDUFBA

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal da Bahia, como bem expressa seus objetivos e metas que, concretizando a sua missão institucional, constituem a essência do presente Plano de Desenvolvimento Institucional, pauta a sua ação em um conjunto de valores centrais base do seu forte compromisso com a sociedade, e a sociedade baiana em particular, com a produção e avanço do conhecimento nas suas diversas modalidades, com a produção de bens simbólicos e materiais e a oferta de uma gama de serviços que possam transformar a vida das pessoas e ajudar a construir uma sociedade mais justa e desenvolvida em suas múltiplas dimensões.

Parte importante desses compromissos concretiza-se na qualidade da formação que devemos oferecer aos nossos estudantes, capacitando-os a serem profissionais ou pesquisadores de elevada qualidade técnica e, ao mesmo tempo, aguçada sensibilidade para os problemas humanos e sociais da contemporaneidade.

Como uma instituição de alta complexidade e imersa em um mundo cultural, social, científico, tecnológico, político, complexo e dinâmico, à UFBA impõe-se a necessidade de não olhar apenas o seu momento presente na busca de maior efetividade das suas ações. Pelo contrário, mais do que nunca, se impõem olhar o futuro, construir cenários e prospectar caminhos que possam, sobretudo, melhorar o nosso desempenho interno e externo, ampliando os desejáveis impactos que temos e queremos continuar possuindo, como um importante vetor de transformação social e cultural que reconhecemos ser.

O PDI constitui exatamente um documento, carta programática, que registra aquilo que almejamos concretizar nos próximos cinco anos. É um exercício de pensar o nosso futuro imediato, base para nos prepararmos e buscarmos as condições que nos levem do ponto em que estamos para aquele que queremos chegar. Documento hoje indispensável para as instituições de ensino superior no Brasil, o PDI deve ser compreendido como um esforço para mobilizar toda a coletividade responsável pelos fazeres e resultados da UFBA em prol da sua efetiva concretização.

É, no entanto, um documento orientador, um guia que expressa o que desejamos ser e atingir, mais do que um conjunto fechado e rígido de metas e diretrizes que, como tal,

poderiam engessar ações e impedir que muitos caminhos promissores não previstos ou que muitas oportunidades que venham a se abrir deixem de ser devidamente aproveitadas pela instituição no seu processo de crescimento e contínua superação dos seus limites.

Nesse sentido, o PDI é um documento que pretende estar continuamente aberto a revisões cuidadosas, a avaliações criteriosas, a contribuições significativas de toda a comunidade universitária. Ele fixa o horizonte onde queremos chegar. Mas nessa caminhada ele terá que ser um instrumento flexível, aberto a revisão e a aprimoramentos que ampliem a sua capacidade de nos orientar na direção da Universidade que precisamos ser. Que ele possa cumprir esta dupla missão: nos guiar e nos mobilizar em torno do objetivo maior de sermos uma grande Universidade pública, amplamente reconhecida pelo mérito dos seus resultados na formação de pessoas, na pesquisa e na extensão que dão vida à nossa instituição.

Dora Leal Rosa
Reitora

SUMÁRIO

1	UFBA: TRAJETÓRIA VISANDO À EXCELENCIA ACADÊMICA E AO COMPROMISSO SOCIAL	7
1.1	HISTÓRICO	7
1.2	EXCELENCIA ACADÊMICA	8
1.3	COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	10
2	O REUNI NA UFBA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA O FUTURO	11
3	MACROPOLÍTICAS INSTITUCIONAIS	17
3.1	OBJETIVOS E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	17
3.1.1	OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	17
3.1.2	DIRETRIZES INSTITUCIONAIS	18
3.2	UFBA – RUMO AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPPI	20
3.3	UFBA - INSERÇÃO LOCAL E REGIONAL	25
3.4	CONSOLIDAÇÃO DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO	33
3.5	AÇÕES AFIRMATIVAS	34
3.6	MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	36
3.7	ACESSIBILIDADE	37
3.8	AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	38
3.8.1	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	39
3.8.2	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	40
4	MACROPOLÍTICAS PARA A ÁREA FIM: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	42
4.1	ENSINO DE GRADUAÇÃO	42
4.2	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	45
4.3	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	46
4.4	PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO	49
4.5	EXTENSÃO	52
5	MACROPOLÍTICAS PARA A ÁREA MEIO	56
5.1	PLANEJAMENTO E GESTÃO	56
5.2	ORDENAMENTO ORGANIZACIONAL	58
5.3	INFRAESTRUTURA	60
5.4	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	63
5.5	FINANCIAMENTO	66
5.6	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	68
5.7	POLÍTICA PARA CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	72
5.8	POLÍTICA PARA CORPO DOCENTE	73
5.9	ÓRGÃOS ESTRUTURANTES	75
5.9.1	SISTEMA UNIVERSITÁRIO DE BIBLIOTECAS	75
5.9.2	SISTEMA UNIVERSITÁRIO DE SAÚDE	77
5.9.3	SISTEMA UNIVERSITÁRIO DE MUSEUS	80
5.9.4	SISTEMA UNIVERSITÁRIO EDITORIAL	81

1. UFBA: TRAJETÓRIA VISANDO À EXCELÊNCIA ACADÊMICA E AO COMPROMISSO SOCIAL

1.1 Histórico:

A Universidade Federal da Bahia, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica, nos termos da Constituição Federal e do seu Estatuto.

Instituída oficialmente como Universidade da Bahia, em 8 de abril de 1946, sua constituição englobou a articulação de unidades isoladas de ensino superior pré-existentes, públicas ou privadas, que se estabeleceram no estado desde o início do sec. XIX.

Suas raízes mais longínquas remontam ao Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, a mais antiga escola oficial de estudos superiores do País, criada pelo Príncipe Regente, D.João, em 1808, que deu origem à atual Faculdade de Medicina da Bahia. Mais tarde, foram criados e incorporados à Escola de Cirurgia os cursos de Farmácia, em 1832, e de Odontologia, em 1864. A atual Escola de Belas Artes também foi criada ainda no século XIX, em 1877, com o nome de Academia de Belas Artes da Bahia. À sua criação seguiram-se, ainda no século XIX, a da Faculdade de Direito (1891) e da Escola Politécnica da Bahia (1897). A Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surgiram já no século XX, em 1934 e 1941, respectivamente.

Essas unidades de ensino superior constituíram o núcleo inicial da Universidade da Bahia. Em que pese o Decreto-Lei de 1946 que criava a nova universidade, não se pode afirmar que, naquele momento, surgia uma verdadeira universidade, mas sim uma reunião de escolas já existentes, que exigiam um amplo esforço da sua administração para se constituir em um efetivo sistema universitário, capaz de atender às necessidades econômicas, sociais e culturais da sociedade baiana. Esse foi o desafio enfrentado pelo

Reitor Edgard Santos, seu primeiro reitor, até 1961, nos quinze anos em que esteve à frente da Universidade da Bahia.

O projeto de universidade implementado por Edgard Santos se beneficiou da conjuntura e do ambiente cultural e artístico baianos, investindo na permeabilidade entre culturas intra e extra-universitárias. Convém registrar que o seu reitorado se beneficiou ainda do vasto movimento a favor da redemocratização e do desenvolvimento, que mobilizaram o Brasil da época.

Ao longo da sua história, a UFBA foi sempre partícipe ativa do cenário cultural baiano e enfrentou conjunturas políticas e econômicas diversas que facilitaram, em alguns casos, ou dificultaram, em outros, sobremaneira sua atuação e desenvolvimento.

Durante a vigência do regime militar, a Reforma Universitária, instituída pela Lei Federal 5.540/68, promoveu uma profunda reestruturação acadêmica e administrativa das universidades brasileiras. Naquela época, foi instituída a atual denominação de Universidade Federal da Bahia e nela foram criados diversos órgãos centrais de gestão e implantados os novos Institutos de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências da Saúde e Letras, além de várias Escolas e Faculdades.

Da reconfiguração da universidade, resultou significativo aumento da oferta de cursos de graduação, e, em particular, implantou-se o modelo de organização da universidade centrado no departamento, o que exigiu uma significativa expansão de sua infraestrutura física, com a implantação dos *campi* do Canela e de Federação/Ondina.

Somente a partir do início da década de 1970, foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação – inicialmente em nível de Mestrado –, dentro de uma política nacional de qualificação de docentes universitários, preparação de quadros profissionais avançados e incremento às atividades de pesquisa.

1.2 Excelência acadêmica e comprometimento social

A UFBA entrou no século XXI refletindo sobre si mesma, analisando os modelos acadêmicos postos em prática, a qualidade do seu trabalho expresso nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sua relação com a sociedade pontuada pela ampliação da demanda aos seus cursos e serviços diversos.

Essa discussão culminou com a elaboração de um novo projeto de universidade em consonância com novas políticas do governo federal para a educação universitária e com os modelos vigentes nas mais conceituadas universidades do mundo.

Nesse contexto, a UFBA aprovou, em 2004, o Programa de Ações Afirmativas e inaugurou uma nova etapa em sua história ao acolher em seu corpo discente setores da sociedade tradicionalmente excluídos do ensino superior público.

Mais recentemente, em 2007, o Ministério da Educação lança o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) ao qual a UFBA adere, considerando a possibilidade de ampliar a oferta dos seus cursos de graduação, tanto no que diz respeito ao número de cursos, quanto ao de vagas de ingresso, além de vislumbrar a possibilidade de interiorizar seus cursos. Com a adesão ao REUNI, a UFBA dá curso ao processo de implementação de uma ampla reforma curricular, visando a introduzir nos cursos de graduação uma perspectiva interdisciplinar e flexível além de fomentar sua articulação com o ensino de pós-graduação.

A principal e mais imediata mudança em relação ao ensino de graduação tem seu destaque na criação dos Bacharelados Interdisciplinares, nova modalidade acadêmica, que propôs cursos com três anos de duração, em quatro áreas do conhecimento – Humanidades, Artes, Tecnologias e Ciências, Saúde – com terminalidade própria e perspectivas de ingresso nos cursos de progressão linear ou nos cursos de pós-graduação.

Na expansão da UFBA, destaca-se o processo de interiorização com a criação dos novos *campi* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, e Reitor Edgard Santos, em Barreiras. A UFBA ainda deu substancial apoio à criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano a partir do seu *Campus* em Cruz das Almas, assim como empreende esforços para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia a partir do *Campus* Reitor Edgard Santos. Com essas iniciativas a UFBA contribui efetivamente para o fortalecimento e expansão do ensino superior público e de qualidade no Estado da Bahia.

As estatísticas e dados institucionais demonstram que muito se avançou na Universidade Federal da Bahia no cumprimento de sua missão e no alcance dos objetivos definidos nos seus documentos legais. No entanto, muito ainda há por ser feito para consolidar os

avanços institucionais e em especial assegurar sua permanência como universidade de ensino, pesquisa e extensão de excelência acadêmica e compromisso social.

1.3 Compromisso com o desenvolvimento social

O momento histórico contemporâneo de crescimento do Brasil e do estado da Bahia impõe grandes investimentos na produção de conhecimento, tanto daquele que busque o avanço tecnológico, condição indispensável ao desenvolvimento autossustentável independente do país, quanto daquele que busca soluções para os grandes problemas sociais. Da mesma forma, o investimento na formação de profissionais em sintonia com esse crescimento também se impõe, o que implica na busca do que há de mais avançado científica e tecnologicamente, para não se incorrer no risco de diplomar para o passado. Novos cursos, novas diretrizes curriculares, novos posicionamentos diante do conhecimento se fazem, portanto, necessários.

Nessa perspectiva, compreende-se que em um mundo globalizado e cosmopolita, em que o global e o local estão fortemente articulados, a universidade deve contribuir para a formação de cidadãos que sejam ao mesmo tempo cidadãos do mundo e brasileiros, e no caso da UFBA, também baianos. Ou seja, cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da sua sociedade, do seu país e também comprometidos com o planeta Terra.

Para tanto, valoriza-se sobremaneira a atual política de mobilidade acadêmica atentando-se, entretanto, para que programas desse tipo permitam o acesso à mobilidade ao estudante de baixa renda. Para a consecução desses e outros objetivos, programas de bolsas devem ser fortalecidos, considerando sempre que a inclusão plena não se dá apenas pelo acesso à universidade, mas, principalmente, pela garantia da permanência e pela criação de condições para integração do conjunto dos estudantes à vida universitária.

Desse modo, a UFBA adentra o século XXI consciente de sua missão acadêmica e social e propõe, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, diretrizes, objetivos e metas para suas áreas de atuação, visando a contribuir cada vez mais com a ampliação do ensino superior público de qualidade no estado da Bahia e a produção de conhecimento através da pesquisa, da criação, da inovação e da extensão.

2. O REUNI NA UFBA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA O FUTURO

A adesão da UFBA ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI foi aprovada pelos Conselhos Superiores em outubro de 2007 e implementado a partir de 2008. Esse foi um longo processo de discussão que envolveu as unidades de ensino, as entidades representativas da comunidade acadêmica e os colegiados que integram a estrutura da universidade. Sua aprovação implicou na tomada de importantes decisões que levaram a um conjunto de mudanças no perfil acadêmico da UFBA, conforme explicitado no documento “Proposta de Inclusão da Universidade Federal da Bahia no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”, datado de outubro de 2007, que integra o convênio firmado pela UFBA com o Ministério da Educação.

Segundo o mencionado documento, foram estabelecidas como metas:

- I - oferecer, até o final do Programa, em 2012, 2.530 novas vagas em cursos noturnos de graduação, nas diversas modalidades;
- II - oferecer, até o final do Programa, 1.980 novas vagas em cursos diurnos de graduação, nas diversas modalidades;
- III - ampliar, até o final do Programa, matrículas em cursos presenciais de graduação, alcançando o total de 37.807 estudantes (em matrícula projetada);
- IV - elevar, progressivamente, até o final do Programa, a relação professor/aluno até 1:18, considerando a dedução possibilitada pelo aumento quali-quantitativo da pós-graduação;
- V - implantar 28 novos cursos de graduação;
- VI - abrir 21 novas turmas de cursos existentes;
- VII - ajustar 22 cursos já existentes ao REUNI;
- VIII - implantar 7 Cursos de Educação Superior Tecnológica;
- IX - implantar 4 Bacharelados Interdisciplinares;
- X - abrir 16 turmas nas licenciaturas especiais;
- XI - elevar, até o final de 2010, a taxa de conclusão dos cursos de graduação da UFBA para 60%;

XII - elevar, até o final de 2011, a taxa de conclusão dos cursos de graduação da UFBA para 70%;

XIII - elevar, até o final de 2012, a taxa de conclusão dos cursos de graduação da UFBA para 80%;

XIV - alcançar, até o final de 2013, uma taxa de conclusão de 90% nos cursos de graduação da UFBA;

XV - reduzir, até 2012, o tempo médio de conclusão dos cursos de graduação para o tempo ideal previsto nos projetos pedagógicos, acrescido dos fatores de retenção média nacionais, reduzindo a diferença atual entre o número de estudantes com direito à matrícula e a matrícula projetada.

Considerando que o REUNI tem sua vigência até 2012, sendo possível até mesmo sua prorrogação por mais um período ainda não definido, visto que o MEC não cumpriu com todos os compromissos assumidos para com as universidades, como, por exemplo, a liberação de todos os cargos para a realização dos concursos docentes pode-se, nesse momento, fazer-se uma avaliação preliminar do impacto do REUNI na Universidade Federal da Bahia e do cumprimento de suas metas.

A expansão de cursos e vagas de ingresso, bem como a implantação do turno noturno, exigiu não só a proposição de ampliação do quadro docente e técnico-administrativo como também a ampliação da planta física da universidade. Avalia-se que nos três anos de implementação do REUNI muito foi feito, transformando a aparência dos *campi* com novas construções, tornando o espaço mais adensado de pessoas e atividades. No entanto, ainda há muito por fazer para alcançar os objetivos propostos e as metas definidas.

Em relação ao próprio alcance do planejado, as dificuldades associadas à contratação de pessoal e execução de obras foram muitas, impondo a necessidade de um balanço objetivo dos avanços e dos desafios que ainda se colocam para o futuro próximo. Esse balanço deve abarcar principalmente o alcance das metas estabelecidas e a identificação dos principais entraves ainda existentes. Igualmente, considera-se que esse balanço deva servir de lastro para o estabelecimento de novas metas de crescimento em consonância com a política estabelecida pelo Plano Nacional de Educação.

Inicia-se, pois, esse balanço, ainda parcial, pela avaliação das metas de crescimento na oferta de vagas e cursos, principalmente, aqueles que visem a facilitar o acesso de camadas sociais historicamente excluídas à universidade. A Tabela 1 mostra a evolução

do número de cursos, candidatos e vagas ofertadas antes e pós-REUNI, o que permite uma avaliação do que já foi realizado e do que ainda há por fazer de forma objetiva.

Tabela 1 – NÚMERO DE CURSOS, CANDIDATOS INSCRITOS E VAGAS NOS PROCESSOS SELETIVOS DE 2007 A 2011

Ano	Nº de Cursos*	Nº de Inscritos	Nº de Vagas	Cands/Vaga
2007	67	40.290	4.246	9,5
2008	67	34.440	4.256	8,1
2009	101	43.330	6.996	6,2
2010	112	54.308	7.991	6,8
2011	112	46.562	7.991	5,8

Fonte: Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA)

**Nº de Cursos de acordo com o Edital do Processo Seletivo.*

Como pode ser visto, houve um aumento na ordem de 69% na oferta de cursos e de 88% no número de vagas, o que possibilitou um substancial crescimento no alunado da UFBA. No momento, além de objetivar o alcance do cumprimento de 100% das metas, a UFBA estabelece políticas em vários setores, buscando consolidar esse crescimento e administrar suas conseqüências. Assim, políticas mais amplas e efetivas no campo da assistência estudantil; ampliação da infraestrutura física com condições adequadas ao exercício pleno de suas funções e com garantia de acessibilidade; ampliação da rede de Tecnologia da Informação e Comunicação; segurança; transporte; entre outros, são exemplos dos desafios impostos pelo crescimento, rápido e acentuado, que necessitam de investimentos importantes para que possam ser enfrentados de forma plena.

Os dados referentes ao processo vestibular 2012 (vide Tabela 2), com detalhamento sobre a distribuição dos cursos, evidenciam os avanços no cumprimento das metas no que se referem à implantação dos bacharelados interdisciplinares, cursos noturnos e interiorização. Por eles, pode-se inferir sobre a dimensão dos desafios acima referidos.

Tabela 2 – DADOS DO PROCESSO SELETIVO (VESTIBULAR) UFBA – 2012

Cursos	Número de cursos	Inscritos	Vagas	Relação Candidatos/vaga
UFBA	112	42.927	7.951	5,4
Campus Salvador:	94	39.920	7.131	5,6
Cursos ¹ CPL (diurno)	59	28.113	4.361	6,4
Cursos CPL (noturno)	25	5.751	1.375	4,2
Cursos ² BI (diurno)	4	2.220	400	5,5
Cursos BI (noturno)	4	3.260	900	3,6
Cursos ³ CST (noturno)	2	576	95	6,1
Campus Barreiras:	12	1.870	565	3,3
Cursos CPL (diurno)	9	1.192	360	3,3
Cursos CPL (noturno)	1	95	45	2,1
Cursos BI (diurno)	1	262	80	3,3
Cursos BI (noturno)	1	321	80	4,0
Campus Vitória da Conquista	6	1.137	255	4,5
Cursos CPL (diurno)	6	1.137	255	4,5

Fonte: UFBA/SSOA, 2012

¹CPL - Cursos de Progressão Linear

²BI–Bacharelado Interdisciplinar

³CST - Cursos Superiores de Tecnologia.

Ressaltam-se entre esses dados o aumento na oferta de cursos noturnos representando o cumprimento da meta estabelecida para o período, registrando-se que, em 2012/1, 7.679 estudantes estavam matriculados nos cursos noturnos.

O aumento na oferta de cursos noturnos abarcou tanto os novos cursos, a exemplo dos Bacharelados Interdisciplinares, como os cursos de progressão linear, refletindo o cumprimento da principal concepção que suporta esse tipo de ação: a da criação de oportunidades de inclusão na UFBA de setores sociais tradicionalmente excluídos. Essa política associada à de ações afirmativas mudaram efetivamente o perfil do corpo discente, como pode ser visto através dos dados disponíveis na Tabela 3, que demonstra a evolução do corpo discente ao longo dos últimos anos, considerando a instituição onde concluiu o ensino médio.

Tabela 3 – PERCENTUAL DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO CONFORME O TIPO DE INSTITUIÇÃO ONDE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO - 2004-2011

Instituição onde concluiu o Ensino Médio	Aprovados/Ano						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Pública	31,7	50,4	45,6	41,3	42,3	40,2	46,1
Particular	62,4	48,5	43,3	43,1	45,5	50,2	45,3
Não respondeu	5,9	1,1	11,1	15,6	12,2	9,6	8,6
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Proplan

Quando da elaboração do documento “Proposta de Inclusão da Universidade Federal da Bahia no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”, definiu-se que para atender as metas do REUNI seria necessário:

- 1 - concurso para o preenchimento de 533 novas vagas de professores com equivalência em dedicação exclusiva (DE);
- 2 - concurso para o preenchimento de 426 servidores técnico-administrativos, sendo 70% de nível médio e 30% de nível superior.

Não obstante a UFBA ter atingido alto percentual de preenchimento das vagas de docentes previstas no REUNI, ocorrendo os últimos concursos ainda no biênio 2012/2013, verificam-se insuficiências para o efetivo cumprimento dos objetivos propostos relativos aos novos cursos e ao aumento na oferta de vagas, em razão das perdas históricas de posições de docentes anteriores ao REUNI. Tais necessidades reclamam por soluções nos próximos anos, para que a instituição possa cumprir as metas de crescimento previsto nesse PDI e no PNE.

Em relação ao quadro de servidores técnico-administrativos (Tabela 4), essenciais para o alcance das metas acadêmicas, percebe-se que não houve aumento no número de contratações; pelo contrário, na comparação com o efetivo de anos anteriores, como 2007 e 2011, por exemplo, constata-se um decréscimo do número total de servidores.

Tabela 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS 2007 - 2011

ANO	TOTAL
2007	3.289
2008	3.312
2009	3.244
2010	3.273
2011	3.279

Fonte: UFBA /PRODEP, 2011

Ampliar os quadros de servidores docentes e técnico-administrativos é, talvez, o mais importante objetivo para os próximos anos, por ser condição indispensável para o alcance das metas estabelecidas. Vale ressaltar que as metas fixadas para o REUNI estão em consonância com o que estabelece o Plano Nacional de Educação ora em discussão no Congresso Nacional.

Outro aspecto a ser avaliado em relação ao alcance das mudanças implementadas pelo REUNI é o que trata das instalações físicas necessárias para suportar o crescimento previsto: construção de novas edificações, ampliações, reformas nos espaços já existentes e aquisição de equipamentos. Entre 2007 e 2013 estão sendo aplicados na UFBA cerca de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) em despesas correntes e R\$113.000.000,00 (cento e treze milhões de reais) em despesas de capital.

3. MACROPOLÍTICAS INSTITUCIONAIS

3.1. Objetivos e diretrizes institucionais

3.1.1. Objetivos Institucionais

A Universidade Federal da Bahia tem por missão produzir, socializar e aplicar o conhecimento construído nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural, em especial no estado da Bahia, e promover a formação de cidadãos capazes de atuar na construção da equidade, da justiça social e da democracia e de profissionais qualificados para o mundo do trabalho.

No cumprimento de sua missão, a UFBA tem como objetivos institucionais, conforme definido no Artigo 2º do Estatuto:

- I - educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça;
- II - gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, das artes, das culturas e das tecnologias;
- III - propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade;
- IV - exercitar a excelência acadêmica, mediante o desenvolvimento das ciências, das artes e das humanidades, fomentando o pensamento crítico-reflexivo nos diversos campos de saberes e práticas;
- V - promover a extensão universitária, visando à difusão de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
- VI - contribuir para o processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global, realizando estudo sistemático de seus problemas e formando quadros científicos, artísticos e técnicos de acordo com suas necessidades;
- VII - promover a equidade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual;

VIII - fomentar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e de intercâmbio científico, artístico e tecnológico, com especial foco nos países de língua oficial portuguesa e nos países latino-americanos;

IX - manter a universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos da sociedade;

X - implementar e cultivar princípios éticos na formulação e implementação de políticas, planos, programas e iniciativas que concretizem suas atividades-fim.

3.1.2. Diretrizes Institucionais

Para cumprir os objetivos institucionais acima definidos, o Plano de Desenvolvimento Institucional, relativo ao período 2012 – 2016 têm como diretrizes:

I - ampliar o papel da UFBA no desenvolvimento sociocultural e econômico local, regional e nacional de forma sustentável;

II - estimular a integração da UFBA com as demais universidades públicas que atuam no estado da Bahia, promovendo ações solidárias e de cooperação interinstitucionais no âmbito da formação de recursos humanos, e da produção e difusão do conhecimento;

III - implementar a nova estrutura organizacional definida nos documentos legais da universidade;

IV - fortalecer a autonomia, a capacidade de gestão acadêmica e administrativa e a articulação das ações das Unidades Universitárias;

V - investir na qualificação e valorização do servidor universitário, como condição para se obter desempenhos que assegurem a qualidade dos resultados das atividades finalísticas da instituição;

VI - investir em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais que concretizem uma política de apoio ao corpo estudantil, pautada pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca;

VII - consolidar e ampliar políticas de acesso e permanência de grupos sociais tradicionalmente excluídos;

VIII - utilizar plenamente a capacidade instalada da UFBA, otimizando os recursos de infraestrutura, material e financeiro, tendo em vista seus objetivos estratégicos;

IX - racionalizar, em conformidade com o plano diretor vigente, o uso do espaço físico e das instalações da universidade, assegurando condições de segurança, acessibilidade, tornando-os social e ambientalmente mais acolhedores;

X - consolidar o novo modelo organizacional da UFBA, de interiorização de ações de ensino, pesquisa e extensão, com o estabelecimento de condições plenas de funcionamento dos *campi* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista e Reitor Edgard Santos, em Barreiras, bem como nos *campi* que vierem a ser criados;

XI - fortalecer os mecanismos que favoreçam a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, apoiando programas inovadores, assegurando que a formação dos estudantes esteja continuamente associada à produção e socialização do conhecimento;

XII - atingir níveis de qualidade da formação dos estudantes de graduação e de pós-graduação compatíveis com os das principais universidades brasileiras, tomando como base as métricas utilizadas nos sistemas oficiais de avaliação;

XIII - fomentar a produção e disseminação da pesquisa, da criação e da inovação de elevada qualidade, ampliando a presença da universidade no cenário científico estadual, nacional e internacional e potencializando os impactos sociais, tecnológicos, econômicos, científicos e ambientais da pesquisa e da inovação para a sociedade;

XIV - potencializar a extensão universitária como espaço pedagógico de formação profissional e cidadã dos estudantes, assim como vetor de inovação e desenvolvimento social, cultural e tecnológico local e regional;

XV - fortalecer o Sistema Universitário de Bibliotecas, assegurando o acesso ampliado ao conhecimento e às informações disponíveis nos bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis;

XVI - ampliar a internacionalização da UFBA, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade;

XVII - dotar a universidade de recursos humanos, serviços e tecnologias de informação, comunicação, controle e automação modernas e capazes de dar o suporte efetivo para as diversas áreas meio e fins da universidade, aprimorando os mecanismos de governança institucional;

XVIII - implantar mudanças na estrutura organizacional da universidade, reduzindo a fragmentação, os níveis hierárquicos, definindo, racionalizando e

informatizando as rotinas administrativas, buscando ampliar a agilidade, economicidade e efetividade dos processos administrativos;

XIX - orientar o conjunto das ações da universidade pelo princípio da inclusão plena de todos os seus membros na vida social e acadêmica, combatendo quaisquer preconceitos e práticas discriminatórias e assegurando condições requeridas por pessoas com necessidades especiais;

XX - desenvolver uma cultura de avaliação institucional no âmbito na Universidade Federal da Bahia, pautada nos princípios de rigor e excelência técnico-científica, respeito à diversidade e compromisso social, como base para o aprimoramento dos processos de gestão e melhoria contínua dos resultados e produtos devolvidos à sociedade.

3.2. UFBA Rumo ao Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI

A UFBA, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2004 – 2008, produziu também um Projeto Pedagógico Institucional – PPI, cuja versão final, 2005, encontra-se no Portal da UFBA.

Tal projeto, com feição de adendo ao próprio PDI, volta-se para o planejamento e organização didático-pedagógica, mas, tendo sido elaborado há quase uma década, não responde mais à atual dimensão e necessidades da Universidade, sobretudo, após a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). É, portanto, da máxima urgência, que a UFBA aprove um novo projeto político-pedagógico que, articulado ao PDI, sirva, por um lado, de consolidação do processo de transformação pelo qual passou, e, por outro, indique claramente os novos avanços e desafios da sua nova configuração de Instituição Pública de Ensino Superior, inserida numa sociedade em veloz processo de mudança.

Aquele PPI com vigência 2004-2008 apontou, em sua introdução, as principais questões e problemas experimentados pela UFBA naquele momento histórico.

Vale resgatar, como ponto de partida, a Introdução do referido documento:

“Projeto Pedagógico Institucional – PPI. Introdução (2005): A Universidade Federal da Bahia, ao elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2004-2008), incluiu um capítulo intitulado Planejamento e organização didático-pedagógica, no qual definia alguns princípios norteadores e tecia algumas considerações de natureza diagnóstica acerca da dimensão didático-pedagógica e curricular dos seus cursos. O

documento contém também alguns objetivos e metas relacionados com as ações a serem desenvolvidas nessa área. O presente documento, o Projeto Pedagógico Institucional, vem complementar o Plano de Desenvolvimento Institucional, ao detalhar os princípios e fundamentos já adotados pela UFBA na condução da sua política pedagógica e curricular, bem como os resultados que deseja alcançar nesse âmbito. Um dos dilemas contemporâneos das instituições de educação superior é o de promover a expansão quantitativa de matrículas, cumprindo a função social de democratização do saber e inclusão de grupos tradicionalmente excluídos, e manter o padrão de qualidade, que até o presente tem caracterizado as universidades públicas, destacando-se dentre essas a rede universitária federal. Essa afirmativa é sustentada pelos resultados comparativos do Exame Nacional de Cursos (1996-2003) e do atual do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Há mais de três décadas teve início no Brasil um movimento de expansão quantitativa de matrículas na educação básica, que gradativamente se fez acompanhar da desqualificação do ensino público, da fuga da classe média para a rede privada, da desvalorização social e salarial do magistério e da inferioridade de desempenho em relação aos estudantes da rede privada. A necessidade atual de uma política universitária de cotas para os egressos das escolas públicas é consequência e exemplo eloquente dessa desqualificação. As instituições públicas de educação superior, atualmente engajadas na política nacional de expansão de vagas, não podem permitir que esse movimento de expansão quantitativa repita os desastrosos resultados da educação básica. Sabe-se que as nações mais desenvolvidas do mundo já atingiram índices de matrícula dos seus jovens de 18 a 24 anos entre 30 a 45% (União Européia) e 60% (Estados Unidos) sem que tenha se registrado perda de qualidade do seu ensino. O Brasil que atingiu apenas 9% desse índice, não pode abrir mão dessa expansão, nem se descuidar da qualidade do seu ensino superior. ... Outro aspecto relevante a ser considerado no que concerne à qualidade pedagógica de uma instituição universitária está relacionado à sua potencialidade em oferecer um conhecimento diversificado, organizado de modo a promover uma constante integração e atualização e, sobretudo, que contemple a formação de profissionais competentes, polivalentes, flexíveis e dotados da capacidade de continuar aprendendo ao longo da vida. As práticas pedagógicas devem privilegiar um ensino em conteúdo, forma e ritmo compatíveis com uma realidade econômica, social e cultural que se transforma numa velocidade sem precedentes na história da humanidade”.

A simples leitura do PPI 2004-2008 leva à conclusão de que a UFBA projetada no PDI 2012-2016 é profundamente diferenciada daquela prevista para 2004-2008, haja vista o seu crescimento em infraestrutura, em equipamentos, e o incremento na criação de vagas para a graduação e pós-graduação com ampliação de oferta superior a 84%, de matrículas efetivadas em torno de 40%, e crescimento no quadro permanente de docentes em aproximadamente 30% do seu contingente. Nesse período, a UFBA passou

a contar com um novo marco regulatório: um novo Estatuto e um novo Regimento Geral, dando-lhe nova configuração e ordenamento institucional, organizacional e operacional.

Não obstante, aquele mesmo documento, acima citado, atento à qualidade institucional da UFBA, elegeu alguns referenciais, ainda plenamente válidos, para orientação do processo de cumprimento da sua missão naquele período, a saber:

- “Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a sua convivência;
- Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- Disseminação de todas as formas de conhecimento que a Instituição abriga, democratizando continuamente o acesso ao mesmo;
- Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam a demandas sociais;
- Compromisso com a missão e os objetivos da Universidade, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.”

Considerando, por um lado, a alta relevância de um Projeto Político Pedagógico Institucional para a UFBA, e por outro, a inovadora experiência de algumas instituições congêneres, tais como USP, UnB, UFRJ, UFPR, UFRN e UFRPE, que produziram ou estão produzindo os seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos, urge que a UFBA também se dedique à elaboração de documento de mesmo teor, que seja, a um só tempo, abrangente, inovador e construído com a mais ampla e efetiva participação da comunidade acadêmica e dos segmentos que a compõem. Desse modo, o atual PDI não conteria em si um Projeto Pedagógico, mas, tão somente, os princípios, as linhas gerais, as diretrizes e as metas a serem considerados e perseguidos na elaboração de um marco regulador nos domínios político e acadêmico, ainda inédito na UFBA: o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPPI.

Para a UFBA, excelência acadêmica, eficiência e eficácia de suas atividades-fim e meio devem presidir suas escolhas, atuação e o seu inequívoco compromisso de agente formador e transformador da sociedade.

O Projeto Político Pedagógico Institucional deve contemplar ações que extrapolem os limites da sala de aula e se funde em concepções abrangentes relacionadas com a produção do conhecimento, a formação humana-cidadã e valores éticos, a partir de

referenciais de natureza filosófica, cultural, científica, política, econômica, social, didático-pedagógica e técnica.

O Projeto Pedagógico deve ainda ser construído através de um trabalho cooperativo entre os segmentos que participarão da sua execução.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, propõe-se dar início a um processo de planejamento e produção do Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade Federal da Bahia (PPPI-UFBA), a partir das seguintes etapas:

Etapa 1- Constituição, por atos da Reitoria, de grupos de trabalhos ou comissões para estudos e preparação de minuta de proposta do PPPI – UFBA, contemplando representantes da Reitoria, dos conselhos superiores, das unidades universitárias e demais órgãos, bem como, de representação dos segmentos que compõem a UFBA. Paralela e concomitantemente, as unidades universitárias e demais órgãos constituirão os seus grupos de trabalho para o mesmo fim.

Etapa 2 – Os grupos de trabalho ou comissões, durante o segundo semestre de 2013, devem produzir a referida minuta de proposta de PPPI, para o que estabelecerá cronograma de reuniões, encontros, seminários, plenárias, e outros eventos que julgar necessários à mobilização da comunidade acadêmica, e a elaboração de matrizes dos planos de ação dos grupos ou comissões, segundo os eixos temáticos.

Etapa 3 – A minuta de proposta será submetida à consulta pública e ao debate no âmbito acadêmico, ao longo do primeiro semestre de 2014.

Etapa 4 – A partir de membros dos grupos de trabalho, será constituída a comissão de sistematização que terá por função examinar e acolher as proposições advindas da comunidade e formatar o texto a ser submetido, durante o segundo semestre de 2014, à apreciação dos conselhos superiores.

Preservada a autonomia dos grupos de trabalho, indicam-se, além da legislação pertinente e do marco regulatório da UFBA - Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno da Reitoria e Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação, alguns elementos a serem considerados quando da elaboração do PPPI – UFBA.

1. UFBA: origens, expansão, compromisso social
2. Autonomia universitária
3. Fundamentação legal
4. Princípios e estrutura organizacional
5. Princípios, objetivos, valores, diretrizes
6. Formação para cidadania e desenvolvimento profissional
7. Políticas educacionais
8. Política de Ensino
9. Política de Pesquisa
10. Política de Extensão
11. Política de Pós-graduação
12. Política de Gestão Acadêmica
13. Ensino de graduação: diretrizes norteadoras
14. Ensino de Pós-graduação: diretrizes norteadoras
15. Ensino a Distância: diretrizes norteadoras
16. Programas, cursos, projetos, eventos
17. Concepções, flexibilidade e dinamismo Curricular
18. Multi, inter e transdisciplinaridade
19. Pesquisa, Criação e Inovação: diretrizes norteadoras
20. Perfil do Discente
21. Perfil do egresso
22. Perfil do Docente
23. Perfil do Técnico Administrativo
24. Organização e estrutura administrativa
25. Gestão eficiente e eficaz, democrática e participativa
26. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão
27. Áreas Estratégicas para o desenvolvimento sustentável local e regional
28. Desenvolvimento da comunidade interna
29. Desenvolvimento profissional: docentes e técnico-administrativos
30. Interação com a comunidade externa
31. Internacionalização / Intercâmbios
32. Infraestrutura material e tecnológica / Acervos / Laboratórios / Instalações físicas
33. Políticas de Inclusão Social e Digital
34. Diversidade Humana – cultural, étnica, intelectual, política, artística e de gênero
35. Acessibilidade e permanência
36. Tecnologias de informação e de comunicação

37. Avaliação formativa
38. Avaliação do ensino-aprendizagem
39. Avaliação institucional e formulação de indicadores
40. Autoavaliação
41. Avaliação de desempenho institucional e de planejamento pedagógico

Por fim, propõe-se que a UFBA passe a contar com seu Projeto Político Pedagógico Institucional a partir do primeiro semestre de 2015.

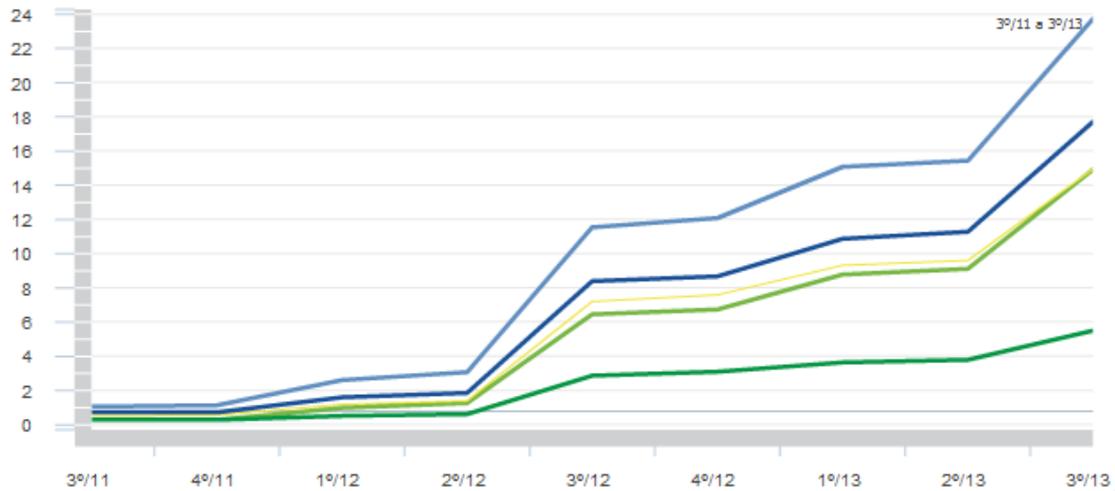
3.3 UFBA: Políticas de Inserção Local e Regional

A Universidade Federal da Bahia, primeira instituição pública de ensino superior no Estado, tendo o território baiano como área de atuação, e sendo detentora do maior contingente de massa crítica (docentes, pesquisadores, inventores, técnicos, extensionistas) e da mais bem consolidada rede de programas de pós-graduação e de produção em pesquisa entre as sediadas no Estado, não pode se escusar de assumir a liderança que, por responsabilidade, lhe cabe nos processos de tomada de iniciativas junto às demais instituições congêneres, na busca de melhor qualidade do ensino, da extensão e da produção de conhecimento, em todas as áreas, que favoreçam a implementação de um modelo sustentável de desenvolvimento, nos campos ambiental, econômico, social, científico, tecnológico e cultural no Estado da Bahia e na região à qual se insere - o Nordeste brasileiro.

Não obstante, se por um lado, inegavelmente, a Região Nordeste tem experimentado, nas últimas décadas, significativa transformação econômica e social, por outro, a velocidade e a intensidade dos processos inovadores e transformadores têm esbarrado, flagrante e inaceitavelmente, em carências múltiplas, particularmente quanto à formação de quadros técnicos de alta qualificação, e de pesquisadores, sobretudo, em áreas estratégicas. Avulta também a necessidade de maiores esforços para uma melhor distribuição geográfica de núcleos, grupos e atividades de pesquisa, a fim de reduzir as graves assimetrias observadas no Nordeste, e, em especial no Estado da Bahia, um dos mais desiguais, neste sentido, entre os Estados da Federação.

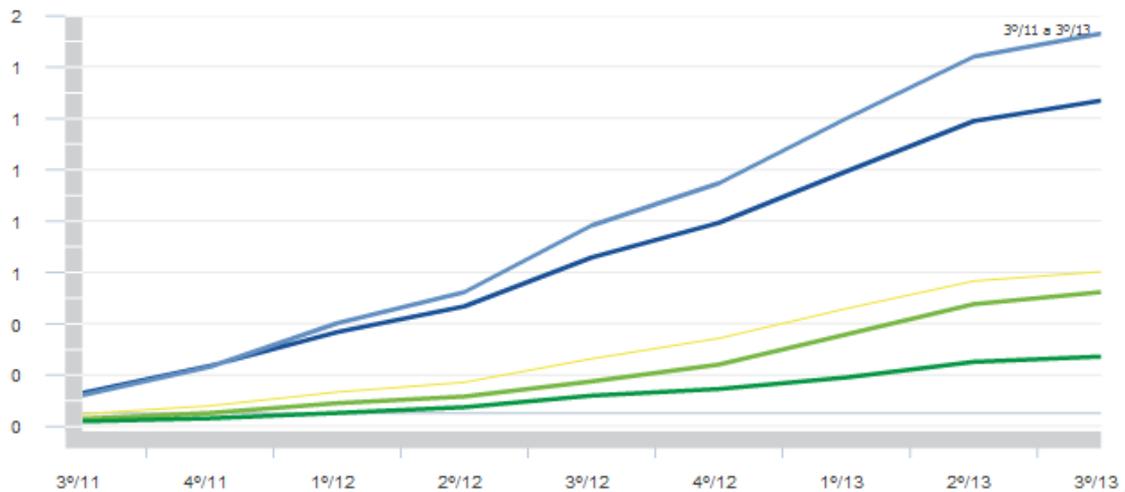
Se a produção em pesquisa no Brasil vem se aproximando da média verificada nos blocos dos países desenvolvidos, a registrada no Nordeste é ainda inferior à Nacional, como ilustram as figuras abaixo, referentes à distribuição de bolsas do Programa Ciência

sem Fronteiras (na graduação, por exemplo, a média nacional é 17, enquanto o Nordeste apresenta 15 bolsas por 100 mil habitantes; na pós-graduação a média nacional é 4,1, enquanto a do Nordeste é 2,4).



Evolução trimestral da distribuição de bolsas de graduação (por 100 mil habitantes) no Programa Ciência sem Fronteiras: sul (azul claro); sudeste (azul escuro); centro-oeste (verde claro); nordeste (amarelo); norte (verde escuro).

Fonte: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>.



Evolução trimestral da distribuição de bolsas de pós-graduação (por 100 mil habitantes) no Programa Ciência sem Fronteiras: sul (azul claro); sudeste (azul escuro); centro-oeste (verde claro); nordeste (amarelo); norte (verde escuro). Fonte:

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>.

Um quadro bem mais completo e abrangente é apresentado no quadro abaixo, o qual mostra que, entre 16 tipos de apoio, em apenas cinco deles o Nordeste situa-se acima da média nacional, e, ainda sim, em quatro destes, cinco ficam abaixo do Sul e do Centro-Oeste.

Projetos e Bolsas em Vigência no Brasil (CNPq) por 100 mil Habitantes

Tipo de Bolsa ou Apoio	Região	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Apoio a Participação/Realização de Eventos		0.59	0.54	0.26	0.67	0.64	0.60
Apoio a Periódicos Científicos		0.11	0.03	0.02	0.20	0.19	0.14
Apoio a Pesquisador Visitante		0.027	0.027	0.037	0.042	0.067	0.041
Apoio a Projetos de Pesquisas		10.91	7.44	5.97	8.72	13.59	9.10
Bolsas de Apoio Técnico		3.22	2.45	1.67	1.95	3.27	2.33
Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional		0.33	0.41	0.28	0.10	0.01	0.19
Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		4.64	1.94	1.47	2.82	3.42	2.76
Bolsas de Doutorado		3.21	3.43	2.58	9.06	8.13	6.71
Bolsas de Extensão em Pesquisa		11.36	0.92	0.44	0.45	0.49	1.45
Bolsas de Fixação de Doutores		1.01	0.57	0.17	0.40	0.86	0.53
Bolsas de Iniciação Científica		22.96	20.87	16.10	18.76	25.22	20.28
Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial		6.00	5.84	3.98	3.89	9.64	5.31
Bolsas de Mestrado		4.86	5.24	4.69	7.83	8.32	6.85
Bolsas de Pesquisador/Especialista Visitante		0.21	0.13	0.06	0.21	0.13	0.17
Bolsas de Pós-doutorado		1.01	0.51	0.20	1.85	1.59	1.32
Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia		7.29	6.29	2.50	14.47	14.53	11.17

Fonte:

<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>.

Nesse contexto, vale lançar mão de dois documentos que tratam da matéria em tela: o *Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Nordeste Brasileiro*, e o Plano Plurianual do Estado da Bahia, PPA 2012 – 2015.

O primeiro, *Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Nordeste Brasileiro*, proposta apresentada pelo Conselho Nacional de Secretários

Estaduais em CT&I (CONSECTI) e pelo Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP), em outubro de 2012, tem como objetivo “propor, como suporte à estratégia Nacional de C,T&I, a elaboração de um *Plano de ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Nordeste* com horizonte de 20 anos, com vistas a criar um vetor decisivo de transformação da realidade regional”.

Esta proposta situa-se entre duas escolhas metodológicas. A primeira consistiria em “adotar uma abordagem constando de três momentos:

- a. Levantamento da demanda partindo do conhecimento da base produtiva instalada ou em instalação na região;
- b. Levantamento da oferta pelo conhecimento de iniciativas das instituições públicas e privadas integrantes da base de dados de C,T&I da região ou com atuação nela; e
- c. Levantamento de iniciativas em C,T&I de outras instituições nacionais e regionais relevantes.

Para tanto, seria preciso, de saída, estar atento a dois pontos importantes:

- a. pelo lado da oferta, a base atual de C,T&I do Nordeste é frágil, mas existem boas iniciativas por ele lideradas;
- b. pelo lado da demanda, mudanças importantes estão em curso na base produtiva da região, a partir da implantação de importante bloco de investimentos (em especial em Maranhão, Pernambuco, Bahia e Ceará). São novos setores e novos agentes que abrem novas perspectivas para a região.

A segunda opção consistiria em montar o Plano de Ação com vistas à produção do *Plano de ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Nordeste* “com base em um processo de DIÁLOGO permanente e amplo”.

O segundo documento, o Plano Plurianual, PPA 2012 – 2015 do Governo do Estado, em sua matriz programática, ao reportar-se ao eixo estruturante “Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento”, na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, propõe a seguinte ementa:

Definir e implementar a política estadual para Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I, priorizando estratégias para o fortalecimento, articulação e descentralização territorial do Sistema de CT&I, o estímulo a inovações para a competitividade sustentável.

Um outro eixo estruturante do referido PPA diz respeito à *Inclusão Social e Afirmação de Direitos*, na área de *Trabalho e Renda*, programa “Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda”, cuja ementa reza:

Estimular o desenvolvimento socioeconômico de empreendimentos solidários e populares.

Nesse PDI, em consonância com seus atos constitutivos, a UFBA tem por objetivos, compromissos e responsabilidades, dentro de suas funções precípuas, desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão. E, para, além disso, a prestação de serviços à sociedade.

Desse modo, amparado naqueles documentos citados, e, com vistas ao alcance do acima proposto, fixam-se diretrizes e metas norteadoras da inserção da UFBA no panorama local, estadual e regional.

Diretriz A

Promover a dinamização do Consórcio interinstitucional que congrega as instituições públicas de ensino superior da Bahia, e consolidar ou criar fóruns específicos em áreas temáticas, envolvendo instituições universitárias e de pesquisa, públicas e privadas, com vistas a enfrentar os desafios pertinentes ao desenvolvimento ambiental, social, econômico, científico e tecnológico da Bahia e do Nordeste.

Diretriz B

Buscar formas de congregar, em parceria e em rede, instituições universitárias e de pesquisa, públicas e privadas, dos demais estados do Nordeste para o alcance dos mesmos fins.

Diretriz C

Incentivar e apoiar, sem prejuízo à liberdade de pesquisa, a formação de grupos de perfil interinstitucional, inter, multi e transdisciplinar, para tratar de questões, temas e desafios atinentes ao desenvolvimento sustentável da Bahia, e da região Nordeste, em áreas prioritárias.

Diretriz D

Ensejar e apoiar, sem prejuízo da pesquisa dirigida à produção de conhecimento científico e de tecnologia de ponta e de inovação, a formação de grupos com perfil interinstitucional, inter, multi e transdisciplinar, voltados para a produção de Ciência e de tecnologias socialmente aplicáveis.

Em sintonia com as diretrizes acima, as metas se organizam em torno de quatro eixos estruturantes.

1. Infraestrutura para a pesquisa e para a criação e a inovação.
2. Formação e atração de pessoal para a Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. Reestruturação, ampliação e distribuição racional de polos regionais de ciência e tecnologia, visando a nucleação solidária de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão.
4. Discussão e formatação de novos modelos de gestão e governança local, estadual e regional.

Metas:

- reestruturar, ampliar e distribuir racionalmente núcleos solidários para planejamento e execução de programas, cursos, projetos e eventos de ensino, pesquisa e extensão, bem como o compartilhamento de espaços, instalações, laboratórios, pessoal, e recursos orçamentários e extraorçamentários;
- fortalecer grupos, programas, cursos e projetos de ensino, pesquisa e extensão em alinhamento com os requerimentos de desenvolvimento sustentável local, estadual e regional;

- buscar cooperação estadual, regional, nacional e internacional, com vistas a produzir tecnologias adequadas à solução de problemas ambientais, econômicos e sociais;
- dotar a UFBA de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos, na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, com vistas à ampliação e ao fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação local, estadual e regional;
- incentivar e apoiar a propriedade intelectual, promovendo o desenvolvimento e proteção de patentes (e outras formas de propriedade intelectual), e publicações na área de ciência, tecnologia e inovação;
- buscar, junto a governos e instituições de fomento, incentivos à fixação de doutores na Bahia e no Nordeste;
- incentivar e apoiar a organização e realização de eventos de C,T&I, visando a difusão do conhecimento e da inovação;
- fomentar a criação e ou desenvolvimento de pré-incubadoras e incubadoras de base tecnológica;
- incentivar e apoiar a elaboração e aplicação de projetos de educação, voltados à popularização da inovação e da Ciência;
- incentivar e apoiar mecanismos de transferência de tecnologia, visando à consolidação de invenções como vetores para os desenvolvimentos social e econômico, com rebatimento em indicadores como PIB e IDH, entre outros.

Assim, o PDI-UFBA 2012-2016 aponta para algumas áreas estratégicas que estão a demandar, a curto, médio e longo prazos, a formação de docentes, extensionistas e pesquisadores afeitos à produção, difusão e transferência de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação, particularmente, nas seguintes temáticas de intervenção:

1. Educação pública, em todos os níveis, universal e de qualidade;
2. Saúde pública, de qualidade, racional e geograficamente distribuída;
3. Água – uso racional, captação, armazenamento, distribuição, outorga, uso, reuso, contaminação e salinidade;
4. Saneamento básico – local, municipal e estadual;
5. Meio Ambiente - biomas caatinga, cerrado e mata atlântica, e demais biomas da Bahia e do Nordeste;
6. Energias convencionais e renováveis (eólica, solar, biocombustíveis, entre outras);

7. Mudanças climáticas – especialmente mitigação de efeitos deletérios sobre as populações sertanejas;
8. Alimentos – produção, industrialização, processamento, armazenamento, distribuição, agregação de valor;
9. Minerais e metalurgia – prospecção, produção, industrialização e meio ambiente, economia mineral, minerais e rocha, economia ambiental, agro-mineralogia, direito mineral, geologia ambiental, geoprocessamento;
10. Petróleo, gás e petroquímica – prospecção, exploração (perfuração, completação, entre outros), produção, processamento, industrialização e meio ambiente;
11. Indústria automotiva – prospecção, produção, industrialização e meio ambiente;
12. Logística e infraestrutura de transporte para a indústria, o comércio e a mineração;
13. Biotecnologia, nanotecnologia, indústrias e negócios intensivos em tecnologia e conhecimento;
14. Robótica e tecnologias de informação, comunicação e automação;
15. Mar – costa marítima, indústria pesqueira e naval, amazônia azul, zona econômica exclusiva, plataforma continental e preservação.

Inequivocamente, a inserção da Bahia e do Nordeste nos cenários da integração nacional, com a superação das assimetrias e desigualdades socioeconômicas regionais, não pode prescindir do papel do complexo universitário instalado no Estado e na região Nordeste, como vetor impulsionador do desenvolvimento educacional, cultural, científico e tecnológico, daí decorrendo, como compromisso maior das instituições universitárias, hoje, mais do que ontem, a formação quantitativa e qualitativa de profissionais em todos os campos, com ênfase nos doutorados para formação de pesquisadores e extensionistas.

Tal proposição pressupõe dois movimentos: o primeiro, interno às universidades, o segundo, aos governos federal e estaduais, vez que se impõe um novo modelo de alinhamento estratégico entre Estado nacional, federados e as instituições públicas e privadas de ensino superior instaladas na Bahia e no Nordeste.

Cabe às Instituições de Ensino Superior (IES) o cumprimento de suas atribuições específicas: ensino, pesquisa e extensão; aos governos, a fixação das políticas públicas

e a garantia e destinação dos aportes orçamentários necessários, suplementares aos orçamentos das IES, como suporte à gama de proposições apontadas.

Por fim, a Universidade Federal da Bahia dispõe de quadros técnicos e docentes com pesquisadores e extensionistas que, se associados aos quadros das demais instituições e, se mobilizados, incentivados e apoiados, poderão dedicar-se à disseminação de conhecimento referente às temáticas supracitadas.

3.4 Consolidação da expansão e interiorização

Em 200 anos de história, se considerado que a Universidade Federal da Bahia tem sua origem no Colégio Médico Cirúrgico criado pelo Príncipe Regente D. João, 1808, a UFBA atuou como uma universidade profundamente ligada à cidade de Salvador. Lembremos que em 1946, quando foi criada a Universidade da Bahia, o estado baiano era profundamente rural e com 75% de sua população formada por analfabetos. Assim, os estudantes que ingressavam na UFBA pertenciam à camada afluyente da sociedade que majoritariamente residia em Salvador.

No início do século XXI, os Conselhos Superiores da UFBA definiram a implementação de uma política de inserção regional visando a “desconcentrar a atuação da UFBA no estado da Bahia”, apoiada nos seguintes eixos: a) apoio junto ao governo federal para a criação e implantação de novas IFES no Estado da Bahia; b) participação no programa de expansão das vagas no ensino superior federal lançado pelo MEC, em 2004, com a abertura de novos *campi* em regiões importantes para o desenvolvimento do Estado; c) participação no REUNI que permitiu a expansão da oferta de vagas no ensino de graduação e no ensino de pós-graduação.

Nesse sentido, além de contribuir efetivamente para a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que teve como núcleo inicial a Escola de Agronomia integrante da estrutura da UFBA, os Conselhos Superiores aprovaram a criação dos *campi* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, Reitor Edgard Santos, em Barreiras, e, particularmente, a adesão da UFBA ao REUNI.

Considerando a premissa que tem orientado a formulação desse PDI – expansão com interiorização, qualidade e sustentabilidade – são propostas como políticas para a consolidação da inserção regional da UFBA:

- I - apoio à criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, através do desmembramento do *Campus* Reitor Edgard Santos, em Barreiras;
- II - apoio à criação da Universidade Federal do Sul da Bahia, com sede em Itabuna;
- III - apoio à criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, através do desmembramento do *Campus* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista;
- IV - criação do *Campus* UFBA em Camaçari, importante centro industrial na região metropolitana de Salvador, que contará com o já anunciado apoio do Ministério da Educação;
- V - elaboração de estudos preliminares visando à criação do *Campus* UFBA no Subúrbio Ferroviário de Salvador e um outro na Chapada Diamantina, com sede em Lençóis.

3.5 Ações Afirmativas

A UFBA foi uma das primeiras universidades federais a instituir, em 2004, uma política de ações afirmativas aprovada pelos seus Conselhos Superiores como resultado de estudos elaborados por um grupo de trabalho (GT), criado em outubro de 2002. Do relatório apresentado pelo GT (documento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 13/04/2004, e pelo Conselho Universitário, em 17/05/2004), contendo um conjunto de dados referentes aos vestibulares de 1998 a 2001, foram extraídas as seguintes informações:

- I - pouco mais de 55% dos que postulavam ingressar na UFBA se auto designaram pretos ou pardos e apenas 1% dos candidatos ao vestibular declararam etnia ameríndia;
- II - cerca de 40% dos candidatos cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas;
- III - dos classificados nos vestibulares, cerca de 51% eram pretos e pardos, 2% eram índios descendentes e 38% eram provenientes de escolas públicas;
- IV - vários cursos têm baixa proporção de alunos auto-referidos como pretos ou pardos, como, por exemplo, Comunicação, Música (Regência), Direito, Odontologia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Medicina – todos com menos de 30%. Alguns cursos revelam uma virtual

ausência de alunos egressos de escolas públicas, como, por exemplo, Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia, Comunicação, Direito e Teatro – todos com menos de 10%;

- V - ante os dados disponíveis e as razões que determinam tais resultados, um Programa de Ação Afirmativa e que pretenda obter resultados consistentes não pode, por um lado, ser pautado pela restauração imediata de proporções demográficas gerais nem se justifica, por outro lado, ser genérico e difuso. Deve ter como objetivo ampliar a admissão dos grupos em desvantagem, focalizado e dirigido aos cursos onde se observa maior defasagem entre composição da demanda e efetiva classificação de ingressantes.

Esses dados e sua análise balizaram a proposta elaborada pelo GT, a qual foi aprovada pelos Conselhos Superiores, introduzindo na UFBA um Programa de Ações Afirmativas em quatro eixos: Preparação, Ingresso, Permanência e Pós-Permanência. Com a aprovação da Resolução Nº 01/04 de 26 de julho de 2004, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), fixou-se a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA no Vestibular, no seguinte percentual: 43% para candidatos egressos de escola pública, sendo que desse percentual 85% seriam destinadas aos candidatos que se autodeclarassem pretos ou pardos; 2% para candidatos egressos de escola pública que se declarassem índio descendente.

A análise da Tabela 5 evidencia as mudanças operadas no perfil do alunado da UFBA após a implementação da Resolução Nº. 01/2004.

Tabela 5 – PERCENTUAL DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO (VESTIBULAR) SEGUNDO SUA COR OU RAÇA

Cor /Raça	% Aprovados						
	2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Branca	32,8	21,2	19,9	21,1	20,1	21,1	20,9
Parda	43,3	56,5	48,7	44,1	45,8	45,9	47,9
Preta	14,1	16,9	15,5	14,7	17,1	18,9	22,0
Amarela	2,4	1,8	1,7	2,0	2,0	2,3	2,0
Indígena	1,3	1,9	2,3	2,0	2,1	1,8	1,0
Não respondeu	6,1	1,7	11,9	16,1	12,9	10,0	6,2
Total	100,0						

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) - Demanda Social
/Questionário Socioeconômico

* Implantação das cotas.

O documento **Programa de Ações Afirmativas** aprovado pelos Conselhos Superiores previa que ao final de dez anos o Programa seria avaliado, podendo ser mantida ou não a política de reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação.

3.6 Mobilidade Acadêmica e Internacionalização

Uma das mais importantes diretrizes estratégicas propostas para a UFBA é a que trata da ampliação da internacionalização, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto para a formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade.

Nesta perspectiva, a participação da UFBA no **Programa Ciência sem Fronteiras**, instituído pelo decreto presidencial Nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, é mandatária, devendo nossa Instituição criar as condições internas para assegurar sua participação nas várias modalidades propostas pelo Programa, seja enviando estudantes, docentes e pessoal técnico para instituições no exterior, de forma a realizar graduação-sanduíche, doutorado-sanduíche, doutorado pleno ou pós-doutorado, seja para receber do exterior pesquisadores visitantes e jovens talentos.

Por outro lado, o diagnóstico do que vem sendo feito historicamente na UFBA indica que as relações internacionais, fruto dos convênios firmados com instituições parceiras, precisam migrar de um território ainda marcado pelo pesquisador e seu grupo para um panorama no qual sejam observadas as múltiplas e diferenciadas vocações de discentes, docentes e técnicos.

Incorporam-se assim a esse PDI os objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras, pois traduzem as políticas propostas para a UFBA em relação a esta temática:

- I - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos para participação em estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

- II - criar oportunidades de cooperação entre grupos de pesquisa da UFBA e de universidades e centro de pesquisa estrangeiros por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação na UFBA de pesquisadores visitantes;
- III - promover a cooperação entre a UFBA e universidades e centros de pesquisa na área da ciência, tecnologia e inovação;
- IV - implantar programa para o desenvolvimento de competência em língua estrangeira (inglês, francês, italiano, espanhol e alemão).

3.7 Acessibilidade

Nos últimos 10 anos, as pessoas com deficiência vêm conquistando uma série de avanços, dentre eles, um dos mais importantes foi a aprovação pela ONU da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário. Em seu Artigo 1º, expressa: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” Essa conceituação imprime uma mudança de concepção, pois retira da pessoa a deficiência e a remete para o meio.

No artigo 24, a referida Convenção trata do “direito à educação”, destacando a inclusão escolar, como o processo em que a escola seja capaz de acolher todo tipo de estudante e promover uma educação de qualidade, respeitando o potencial de cada um e o seu nível de desenvolvimento, promovendo respostas educativas compatíveis com as suas habilidades, necessidades e expectativas.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos na vida universitária. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A UFBA, a partir de 2007, passa a receber mais pessoas com necessidades especiais. Assim, de apenas dois estudantes matriculados em 2007, passou-se a 62 em 2012, dos quais 24 com deficiência motora, 27 com deficiência visual e 11 com deficiência auditiva.

Constituem-se, então, em diretrizes para consolidar a implantação do Plano de Acessibilidade da UFBA:

- I - envidar esforços na formação de recursos humanos e na sensibilização da comunidade universitária em favor do fortalecimento de uma cultura de inclusão e de valorização da diferença e da diversidade;
- II - promover, pelos diversos meios a seu alcance, a acessibilidade física, de mobilidade e de comunicação;
- III - propiciar espaços, ambientes e equipamentos indispensáveis ao apoio as pessoas com necessidades especiais;
- IV - investir na formação de recursos humanos, incluindo a oferta do Curso de Letras com concentração em LIBRAS.

3.8 Avaliação e Desenvolvimento Institucional

No âmbito da Universidade Federal da Bahia, a questão da avaliação institucional não é nova. Ainda que de forma esporádica e com baixo grau de articulação, a UFBA registra iniciativas de avaliação desde a década de 1980.

Com a instituição do SINAES, em 2004, o processo de avaliação interna é redimensionado, assumindo características de uma ação sistemática, articulada e coordenada. Desde então, cabe à Comissão Própria de Avaliação - CPA coordenar os processos internos de avaliação, sistematização e análise em todos os níveis de atividade e área de atuação; realizar estudos e pesquisas pertinentes ao desempenho acadêmico institucional e de gestão da UFBA; e atuar como interface perante o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, entre outras, conforme reafirma o Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia, aprovado em 11 de março de 2010, no título V DOS ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DAS COMISSÕES CENTRAIS.

No momento, a UFBA encontra-se em processo de elaboração do projeto de auto-avaliação e de estruturação das condições de apoio técnico e infraestrutura necessárias para a implementação de mais um ciclo avaliativo, relativo ao biênio 2011-2013.

Dois grandes desafios estão postos à Universidade Federal da Bahia nesse momento:

- I - criar uma estrutura executiva ou uma unidade organizacional que viabilize a construção e implantação de uma política de avaliação institucional na amplitude legalmente definida e esperada de todas as universidades, superando a fragmentação que marca as experiências anteriores, já que uma comissão, por mais efetiva que seja, não consegue executar o complexo conjunto de ações avaliativas previstas nas várias dimensões que estruturam a avaliação definida pelo SINAES; e,
- II - transformar os processos de avaliação em ferramentas para a melhoria do desempenho institucional, superando a visão e a prática de avaliação como mero cumprimento de uma exigência burocrática externa. Isto significa vincular estreitamente avaliação e desenvolvimento institucionais, fomentando práticas de gestão orientadas para a melhoria contínua dos processos de trabalho e da qualidade dos produtos e serviços gerados pela universidade para a sociedade.

Considerando o histórico da avaliação institucional na UFBA e os desafios apontados, propõem-se os seguintes objetivos, metas e ações a serem desenvolvidos no campo da avaliação e desenvolvimento institucional no período 2012-2016.

3.8.1 Avaliação Institucional

Objetivo Geral

Desenvolver uma cultura de avaliação institucional no âmbito na Universidade Federal da Bahia, pautada nos princípios de rigor técnico-científico, respeito à diversidade e compromisso social, como base para o aprimoramento dos processos de gestão e melhoria contínua dos resultados e produtos devolvidos à sociedade.

Metas:

- I - criar e estruturar uma unidade organizacional que assuma a missão de Avaliação Institucional como uma atividade permanente da universidade e embaixadora dos seus processos de planejamento e gestão;

- II - montar e capacitar uma equipe multidisciplinar de trabalho para definir políticas e implementar processo contínuo de avaliação institucional;
- III - conceber e implantar uma nova matriz de Avaliação Institucional no âmbito da Universidade Federal da Bahia, integrada ao modelo do SINAES, definindo macro e micro indicadores para monitorar os avanços na consecução das metas do seu plano de desenvolvimento institucional;
- IV - acompanhar e avaliar a implementação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFBA;
- V - desenvolver e disponibilizar para todos os níveis de gestão da universidade um sistema de acesso a informações sobre os indicadores de desempenho institucional que assegurem o monitoramento das metas de todas as suas unidades administrativas e acadêmicas;
- VI - desenvolver e implantar um sistema informatizado de coleta de dados junto à comunidade interna e externa à universidade com vistas à avaliação institucional nas suas diversas dimensões constituintes;
- VII - desenvolver, em articulação com grupos de pesquisa da instituição, estudos, diagnósticos e pesquisas que ampliem o conhecimento sobre a UFBA, fomentem reflexões e embasem decisões em suas diversas áreas;
- VIII - criar espaços de reflexão e desenvolver ações de comunicação que disseminem a consciência da importância da avaliação institucional como estratégia de aprimoramento contínuo;
- IX - consolidar os resultados das avaliações externas realizadas por agências de do governo federal, tornando-os acessíveis aos diversos segmentos da universidade;
- X - construir relações e redes de parcerias entre as diversas unidades da universidade tendo em vista compartilhamento de experiências de avaliação institucional e uso dos seus resultados para fins de gestão.

3.8.2 Desenvolvimento Institucional

Objetivo Geral

Contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos de trabalho e de gestão da universidade, fomentando o desenvolvimento de equipes de trabalho comprometidas com a missão institucional.

Metas:

- I - criar e estruturar uma unidade organizacional que coordene as ações de desenvolvimento institucional, em termos de melhoria dos processos de trabalho e de gestão;
- II - montar e capacitar uma equipe multidisciplinar de trabalho para implementar as ações de desenvolvimento institucional;
- III - vincular continuamente os processos diagnósticos de avaliação a iniciativas de melhoria dos processos de trabalho e de gestão da universidade, nas suas diversas unidades;
- IV - identificar e mapear os principais problemas de gestão da universidade;
- V - construir relações e redes de parcerias entre as diversas unidades da universidade, tendo em vista compartilhamento de experiências que fomentem a aprendizagem e melhoria dos processos de gestão;
- VI - propor diretrizes, normas, padrões e critérios, visando à racionalidade, simplificação e uniformidade de processos e instrumentos de trabalho;
- VII - criar métodos e padrões para a documentação de processos;
- VIII - prestar suporte técnico às iniciativas do uso de tecnologia para a gestão de processos;
- IX - definir indicadores de desempenho para os processos;
- X - estimular e coordenar a formação de equipes de melhoria em cada unidade/órgão da universidade, monitorando os seus resultados;
- XI - diagnosticar procedimentos implantados, identificando oportunidades de simplificação e minimização dos custos.

4. MACROPOLÍTICAS PARA A ÁREA FIM: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

4.1 Ensino de Graduação

O Censo do Ensino Superior, realizado pelo INEP, registra que, em 2010, 248.280 estudantes estavam matriculados em cursos de graduação presenciais no Estado da Bahia. Outra informação relevante diz respeito à participação relativa das oito IES públicas baianas nessas matrículas: das 78.618 matrículas efetuadas em 2010, que correspondem a 32% do total, 26.012 estavam na UFBA, ou seja, 33% daquele percentual.

Dos dados acima mencionados, compreende-se ter a UFBA, na década passada, desenvolvido, internamente, intenso processo de discussão no sentido de delinear um modelo de universidade que possibilitasse a ampliação da oferta de vagas para o ensino de graduação, e, em paralelo, assegurasse a qualidade do ensino ofertado.

Tal processo de debate teve seu momento mais emblemático quando das discussões sobre a participação da UFBA no programa REUNI. Embora houvesse uma clara compreensão de que a universidade necessitava ampliar sua oferta de vagas para atender as demandas por educação superior no Estado da Bahia, e da existência de ociosidade de parte do seu espaço físico nos turnos da tarde e noite, havia, também, uma compreensível preocupação de segmentos da comunidade universitária quanto a uma expansão sem sustentabilidade e sem prévias garantias de qualidade.

Aprovado o REUNI, e implementadas, ainda que parcialmente, suas diretrizes e metas, têm-se, hoje, a consciência da necessidade de mudança, de renovação, de instauração de novos modelos e parâmetros que orientem a criação de novos cursos, propiciem a revisão dos currículos dos cursos já existentes, visando à construção de uma prática pedagógica e curricular compatíveis com as demandas da sociedade contemporânea.

Diversamente da situação configurada em 2010, no semestre 2012.1, cerca de 32 mil estudantes matricularam-se nos 112 cursos de graduação oferecidos pela Instituição, tais como os bacharelados interdisciplinares, os cursos superiores tecnológicos e cursos de

progressão linear distribuídos nos *campi* situados em Salvador, Barreiras e Vitória da Conquista, além dos cursos especiais de licenciatura e o curso a distância de licenciatura em Matemática.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais , item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Ensino de Graduação:

Diretriz A

Ampliar a oferta de vagas para atender às demandas da educação superior no Estado da Bahia.

Metas:

- I. ampliar a oferta de vagas em cursos de graduação presencial, pela expansão, em 10%, até 2016;
- II. aumentar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial em 10%, até 2016, sendo metade desse crescimento em *Campus* fora de Salvador e em áreas estratégicas (engenharias, tecnologias e ciências do mar);
- III. aumentar, até o patamar mínimo de 90%, o aproveitamento da vagas ofertadas em todos os cursos de graduação, nos turnos diurnos e noturnos;
- IV. assegurar, por meio das formas de incentivo, apoio e vigilância, a permanência nos cursos de graduação, em patamar não inferior a 75%, até 2016;
- V. reduzir a evasão nos cursos de graduação em, pelo menos, 20%, até 2016.
- VI. aumentar em, pelo menos, 100% a oferta de vagas em cursos de graduação a distância;
- VII. ampliar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação a distância até, pelo menos, 90% das vagas ofertadas, até 2016;
- VIII. assegurar maior presença, através de bolsas de assistência de ensino, de estudantes de pós-graduação no ensino de graduação;

Diretriz B

Assegurar a qualidade do ensino nos cursos de graduação.

Metas:

- I. propiciar regularmente a realização de eventos acadêmicos para avaliação da práxis pedagógica no âmbito das diversas áreas e cursos de graduação presenciais e a distância;
- II. otimizar os mecanismos do sistema de avaliação docente e discente, como subsídio à produção de diagnósticos, estratégias, metodologias e tecnologias que viabilizem a melhoria de processos e produtos da prática pedagógica no âmbito dos cursos de graduação presenciais e a distância;
- III. promover contínua atualização dos currículos e componentes curriculares dos cursos de graduação, articulando Bacharelados Interdisciplinares com, no mínimo, 80% dos Cursos de Progressão Linear e de Pós-Graduação;
- IV - garantir que 100% dos cursos de graduação atinjam o conceito 4,0 ou superior, até 2016;
- V - elevar em, no mínimo, 20% a taxa de conclusão nos cursos de graduação, até 2016;
- VI - duplicar o número de estudantes em programas de mobilidade acadêmica, com ênfase no programa Ciência sem Fronteiras;
- VII. consolidar o programa de monitoria para o ensino de graduação, e ampliar a oferta de bolsas para os estudantes dele participantes;
- VIII. consolidar e ampliar a participação da UFBA no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), intensificando a divulgação da UFBA junto às Embaixadas estrangeiras sediadas no Brasil;
- IX. consolidar e ampliar a participação dos estudantes de graduação nos programas de intercâmbio firmados pela UFBA com universidades estrangeiras.

Diretriz C

Consolidar os Bacharelados Interdisciplinares, buscando sua articulação com os currículos dos Cursos de Progressão Linear

Metas:

- I. consolidar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Bacharelados, de modo a viabilizar a articulação e integração com os Cursos de Progressão Linear;

- II. incentivar e apoiar a produção de metodologias e tecnologias apropriadas ao processo de ensino-aprendizagem dos Bacharelados Interdisciplinares, de modo a assegurar a permanência e a conclusão dos cursos no tempo regular;
- III. promover a interlocução sistemática entre os colegiados dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar com os Cursos de Progressão Linear, buscando articulação e integração entre essas modalidades de ensino de graduação;
- IV. incentivar e apoiar a produção de metodologias e tecnologias apropriadas ao processo de ensino-aprendizagem dos Bacharelados Interdisciplinares, de modo a assegurar a permanência e a conclusão dos cursos por seus estudantes no tempo regular;
- V. assegurar que, até 2016, pelo menos, 20% dos egressos dos Bacharelados Interdisciplinares ingressem em cada Curso de Progressão Linear;
- VI. criar Grupos de Trabalho, em 2013, para realização de estudos visando à implantação da modalidade de graduação em dois ciclos, sendo o Bacharelado Interdisciplinar o primeiro deles.

4.2 Ensino de Pós-Graduação

Consoante os objetivos gerais estabelecidos pela Instituição para o período de vigência desse Plano e o papel fundamental desempenhado pela UFBA no que diz respeito à oferta do ensino de pós-graduação no Estado da Bahia - cerca de 59% das matrículas desse grau de ensino estão na UFBA (destacando-se o único programa com conceito sete nas regiões norte e nordeste do país) - as metas definidas para a Pós-Graduação devem associar crescimento e excelência acadêmica.

Embora, em 2011, a UFBA tenha registrado 66 cursos de mestrado e 44 cursos de doutorado aprovados pela CAPES e matriculado cerca de cinco mil estudantes, investimentos devem ser feitos para permitir a abertura de novos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional nas modalidades presencial e à distância (EAD). Para tal, é necessário assegurar corpo docente, infraestrutura física, administrativa e tecnológica compatíveis com os níveis de excelência acadêmica requeridos, buscando-se também maior grau de internacionalização.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, Item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Ensino de Pós-Graduação:

Diretriz:

Consolidar e ampliar o Ensino de Pós-Graduação na UFBA, garantindo a excelência acadêmica.

Metas:

- I - aumentar o número de estudantes matriculados em cursos de mestrado e doutorado em, pelo menos, 10% ao ano, até 2016;
- II - aumentar o conceito médio dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFBA em 10 pontos decimais, a cada avaliação trienal da CAPES, até 2016, garantindo que 100% dos Programas com mais de cinco anos de existência atinjam conceito 4,0 ou superior ao final desse período;
- III - garantir que 100% dos cursos de mestrado com conceito 4,0, há mais de cinco anos, ofertem também o doutorado até o final de 2016;
- IV - duplicar o número de mestrados profissionais até 2016;
- V - divulgar, internamente, de forma sistemática e periódica, programas de universidades estrangeiras, e incentivar pós-graduandos da UFBA a participarem de cursos de doutorados (*sandwich*);
- VI - divulgar os programas junto às Embaixadas sediadas no Brasil e incentivar maior participação de estudantes estrangeiros nos cursos de pós-graduação da UFBA.

4.3 Educação a Distância

A UFBA, desde o ano de 2002, advoga que nos dias atuais é inconcebível uma instituição educativa de qualquer nível prescindir da utilização das tecnologias de comunicação e informação, visando a aumentar as oportunidades de inclusão dos amplos segmentos da população que tem dificuldade de acesso a níveis mais avançados de educação, num mundo cada vez mais exigente em relação às competências cognitivas.

Dentro do conjunto de alternativas abertas pelas aplicações das novas tecnologias da comunicação e informação no campo educacional, o ensino a distância (EAD) é hoje uma modalidade que abre possibilidades ilimitadas de democratização da educação ao quebrar barreiras econômicas e geográficas.

Com o advento da Universidade Aberta (UAB), a UFBA integrou-se a esse sistema a partir de 2006, quando foi aprovado pela SEED/MEC o curso a distância de licenciatura em Matemática. Nesse mesmo ano, foi criada na UFBA a coordenação da UAB para atuar nas articulações triangulares entre os municípios, a universidade e o próprio Ministério.

Os primeiros recursos financeiros recebidos da UAB foram utilizados para consolidar e melhorar o funcionamento da Plataforma Moodle, indispensável para o ensino na modalidade à distância.

Apesar dos esforços iniciais, enfatize-se que é diminuta a dimensão da educação a distância na UFBA, reduzida ao já citado curso de graduação em matemática e a alguns cursos de pós-graduação *lato sensu*. Diante dessa situação que coloca a UFBA em franca desvantagem em relação a outras IFEs no país e também em relação a outras instituições universitárias na Bahia, encontra-se em curso a proposta de criação da Superintendência de Educação à Distância (SEAD), órgão executivo vinculado à Reitoria com competência para desenvolver, coordenar, supervisionar, assessorar e prestar suporte técnico à execução de atividades na área de Educação a Distância (EAD) estabelecidas no âmbito da universidade ou desenvolvidas em parcerias com outras instituições.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais , item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para a Educação a Distância:

Diretriz A

Ensejar o aumento da matrícula nos cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação através da Educação a Distância.

Metas:

- I - ampliar a oferta de Educação a Distância não apenas duplicando a oferta dos cursos de graduação, mas também aumentando em, no mínimo, 50% nos de pós-graduação e de extensão;
- II - estabelecer política institucional específica de formação continuada de professores e técnicos administrativos para atuação em equipes proponentes de Educação a Distância;
- III – incrementar o desenvolvimento de atividades relacionadas com Educação a Distância em articulação e cooperação com outras instituições;
- IV - promover eventos, com atividades regulares, visando à troca de experiências entre a Educação a Distância e a Presencial;
- VI - promover, assessorar e avaliar, em articulação com a área de tecnologia da informação, a elaboração e o desenvolvimento de metodologias, tecnologias e material didático-pedagógicos para Educação a Distância, em suas diversas formas e possibilidades;
- VII - desenvolver metodologias ligadas a ambientes virtuais de aprendizagem;
- VIII - implantar, administrar, e atualizar ambientes Institucionais de ensino-aprendizagem em domínios virtuais;
- IX - estabelecer normas que visem à regulamentação da Educação a Distância na UFBA, e em suas relações com a Universidade Aberta do Brasil.

Diretriz B

Ensejar a criação de uma cultura favorável à Educação a Distância, de modo a demover resistências e preconceitos contra essa modalidade de educação.

Metas:

- I - promover a criação de espaços e realização de eventos, em que docentes, técnicos e discentes tematizem a problemática e formulem políticas específicas para a Educação a Distância;

II – propiciar a presença de especialistas em Educação a Distância de outras instituições no âmbito da UFBA, tipo Professor Visitante, para compartilhamento de experiências e formação de quadros em gerenciamento e em ensino;

4.4 Pesquisa, Criação E Inovação

As universidades públicas brasileiras são responsáveis por parte significativa da produção de conhecimento e da inovação no País. Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação indicam que 65,9% dos pesquisadores brasileiros estão vinculados a instituições de ensino superior, proporção inversa, por exemplo, à de países como o Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos. No que diz respeito à UFBA, cerca de 66% do seu corpo docente é portador do título de doutor e 62,26% das bolsas de produtividade científica e tecnológica concedidas pelo CNPQ, em 2012, ao estado da Bahia foram destinadas a professores-pesquisadores da nossa Instituição, que se situa entre as dez maiores universidades de pesquisa do país. Assim, a UFBA reúne condições objetivas para cumprir as diretrizes traçadas nesse PDI de ampliar o seu papel no desenvolvimento sociocultural e econômico local, regional e nacional de forma sustentável, e de fomentar a produção e disseminação da Pesquisa, da Criação e da Inovação (PCI) de elevada qualidade.

Dessa forma, a Instituição necessita consolidar e avançar as suas atividades de pesquisa, de criação, de inovação e de iniciação a tais atividades, por meio da inserção da PCI no ensino de graduação, possibilitando ao estudante essa formação ainda nesse nível de ensino. Por isso, os programas de iniciação têm sido fortemente apoiados e ampliados.

Outro aspecto fundamental a ser ampliado e aprofundado nas atividades de PCI é a sua internacionalização, que se constitui em uma das mais importantes diretrizes estratégicas estabelecidas pela UFBA para os próximos anos, tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de PCI em cooperação com instituições estrangeiras, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade, em todos os níveis. Assim, ações de indução da participação dos corpos docente, técnico-administrativo e discente em cursos, estágios, projetos conjuntos de PCI e outras atividades em instituições estrangeiras serão estimuladas. Destaque-se, nesse

sentido, o esforço iniciado, que deve ser ampliado ao longo da vigência desse PDI, da implementação, com o apoio do Instituto de Letras, de programa visando ao desenvolvimento de competência em idiomas estrangeiros.

Para tal avanço e consolidação das atividades de PCI, uma importante mudança recente na estrutura da UFBA foi o desdobramento da antiga pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação em duas novas pró-reitorias: uma responsável pelo ensino de pós-graduação e outra pela pesquisa, criação e inovação, o que tem sido um importante instrumento para o aprofundamento da valorização das atividades de pesquisa e criação e particularmente para a institucionalização e difusão das atividades de inovação.

Dentro desse contexto, e considerando ainda as definições estatutárias e regimentais em relação às atividades de PCI, a UFBA estabelece as seguintes diretrizes e metas para esta área:

Diretriz A

Assegurar o crescimento e a qualificação da Pesquisa, da Criação e da Inovação em efetiva articulação com o Ensino de Graduação e de Pós-Graduação;

Metas:

- I. promover articulação, por meio de encontros, no mínimo semestralmente, com agências de fomento e outros órgãos governamentais, de cunho nacional e estadual;
- II. promover articulação interinstitucional, por meio de encontros, no mínimo semestralmente, sobre a Pesquisa, a Criação e a Inovação, com outras universidades, especialmente, as do Estado da Bahia;
- III. fomentar a concessão de bolsas de iniciação à Pesquisa, à Criação e à Inovação, incluindo a iniciação científica e tecnológica, atendendo 100% da demanda qualificada;
- IV. Aumentar em 100% o número de bolsistas contemplados em Programas de internacionalização da iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação;

- V. Aumentar em 100% o número de bolsistas contemplados em Programas de internacionalização da iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação;
- VI. implementar, manter e avaliar sistema de preservação da memória da produção oriunda das atividades de iniciação à Pesquisa, à Criação e à Inovação;
- VII. implantar e aperfeiçoar, até 2014, os sistemas eletrônicos de informação;
- VIII. aumentar em 150% o número de bolsistas DT (Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora) e em 20% o número de bolsistas PQ (Produtividade em Pesquisa);
- IX. aprovar, anualmente, um projeto estruturante com financiamento por encomenda, contemplando, especialmente, o aumento do potencial de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico;
- X. criar e consolidar prêmios da UFBA para PCI, em particular o Prêmio Inventor UFBA e o Prêmio PubliC;
- XI. alcançar o patamar de, pelo menos, quatro empresas *spin-off* dos *habitats* de inovação da UFBA advindas de seu Sistema de Inovação;
- XII. estimular o registro de pelo menos 16 patentes PCT (*Patent Cooperation Treaty*) de propriedade da UFBA, até 2016;
- XIII. buscar meios para a realização de pelo menos três contratos de Co-Titularidade de Propriedade Industrial de âmbito internacional;
- XIV. ampliar para 1800 o número de alunos nos Programas de Iniciação a PCI da Instituição, alcançando um patamar da ordem de 20% do número de novos alunos entrantes na UFBA.

Diretriz B

Promover a racional distribuição geográfica da Pesquisa, da Criação e da Inovação e do Ensino Superior na Bahia, com foco na formação em áreas estratégicas, incluindo o apoio à criação de novos centros, unidades e *campi*.

Metas:

- I - realizar diagnóstico com vistas à criação de um Complexo Universitário de Laboratórios de Análise e Equipamentos Multiusuários;
- II - Planejar a implantação de um Centro de Laboratórios e Desenvolvimento Tecnológico e uma Central de Prestação de Serviços Tecnológicos no Parque Tecnológico de Salvador;
- III - implantar de uma incubadora de empresas de base tecnológica no Parque Tecnológico de Salvador;
- IV – planejar a criação de novos centros, unidades e *campi* para oferta, prioritariamente, de cursos de engenharia e de licenciatura nas áreas de matemática, física, química e biologia.

4.5 Extensão

Diferentemente das atividades de pesquisa, que vêm sendo fomentadas de modo sistemático há décadas no país, a extensão universitária apenas recentemente passou a ser foco de apoio por editais de fomento específicos. Essa defasagem reflete o próprio sistema de valoração acadêmica, que privilegia a comunicação do professor universitário com seus pares acadêmicos em detrimento da comunicação com a sociedade. Estimular a extensão passa por valorizar as atividades extensionistas de seus professores, o que representa um desafio para a universidade.

Na Universidade Federal da Bahia, a extensão universitária é um eixo de atuação que articula as funções de ensino e pesquisa, amplia e viabiliza a relação entre a Universidade e a sociedade, indispensável na formação do estudante e na qualificação do professor. Por meio da extensão, a UFBA tem se revelado uma universidade cidadã, voltada para as questões e demandas da sociedade, produzindo conhecimentos por meio do diálogo e troca de saberes com os diversos setores sociais. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

Ao mesmo tempo em que se vislumbra uma ampliação do fôlego da universidade em extensão, torna-se necessário fomentar sua qualificação visando a ampliação de seu impacto. O mais antigo histórico de avaliação da pesquisa permitiu o desenvolvimento e consensualização de indicadores de impacto científico na comunidade acadêmica. O desenvolvimento e o uso de indicadores de mérito da extensão, que permitam diagnosticar os impactos dessas atividades tanto na sociedade como na formação dos

estudantes envolvidos, representa um desafio da universidade e da própria extensão no país.

O envolvimento dos estudantes de graduação e pós-graduação em ações de extensão universitária tem o potencial de lhes conferir uma formação mais afinada com o mundo da aplicação e com a realidade social do país. A curricularização das atividades de extensão representa uma estratégia capaz de ampliar esse tipo de experiência entre os estudantes da universidade, e deve ser almejada pela universidade para todos os seus cursos.

O registro das atividades de extensão fornece os elementos para que a universidade conheça e quantifique suas ações nesse campo, permitindo-lhe ajustar suas políticas e, ao mesmo tempo, garantir-lhes visibilidade social. Melhorar seu sistema de registro representa, portanto, um desafio relevante para a universidade.

As metas da extensão, apresentadas a seguir, visam o fortalecimento, ampliação e consolidação da política de extensão da universidade:

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para a Extensão Universitária:

Diretriz A

Consolidar a institucionalização da extensão na UFBA, pelo estabelecimento de uma política continuada de estímulo, fomento, registro e qualificação das ações extensionistas.

Metas:

- I - Aumentar a eficiência da gestão da extensão universitária na UFBA por meio do aperfeiçoamento ou implementação de sistemas informatizados;
- II - Ampliar em 100% o número de atividades registradas na Pró-Reitoria de Extensão Universitária por meio da atualização dos sistemas de registro de atividades de extensão da universidade;
- III - Ampliar em 100% o número de certificados de participação em atividades de extensão, em decorrência da ampliação dos estímulos da realização das ações de extensão;
- IV - Induzir a qualificação da extensão universitária, por meio da promoção de eventos acadêmicos periódicos que deem visibilidade a programas e projetos de extensão e discutam a extensão universitária;
- V - Induzir a qualificação da extensão universitária, por meio da vinculação do fomento às avaliações de mérito;

- VI - Estimular o envolvimento de servidores docentes e técnico-administrativos em programas, projetos e outras atividades de extensão por meio da valorização da extensão nas avaliações de progressão profissional;
- VII - Ampliar o número de bolsas de iniciação à extensão universitária em 300% por meio da diversificação da sua origem e do fortalecimento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBIEX);
- VIII - Ampliar em 100% a captação de recursos para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária por meio da divulgação à comunidade universitária de editais de fomento à extensão;
- IX - Consolidar, diversificar e tornar transparente o sistema de apoio financeiro às atividades de extensão da universidade por meio da criação de editais públicos sistemáticos de apoio a ações e produtos da extensão;
- X - Apoiar a consolidação dos Programas: “Agenda Arte e Cultura (UFBA)”, “Agência de Notícias em C,T&I” e “Café Científico na UFBA”, como veículos de comunicação entre os setores da Universidade e desta com a sociedade, e de popularização das ciências, por meio da destinação de recursos para o desenvolvimento de seus planos anuais de atuação;
- XI - Estimular a integração e apoiar a consolidação dos corpos estáveis de grupos artísticos da UFBA por meio da destinação de recursos para o desenvolvimento de planos anuais de atuação;

Diretriz B

Fortalecer, ampliar e consolidar a Extensão Universitária como um processo acadêmico, aprofundando suas interfaces com a pesquisa e o ensino, em sintonia com as demandas da sociedade.

Metas:

- I - Incentivar o envolvimento de estudantes de graduação e pós-graduação em programas e projetos de extensão por meio da curricularização das atividades de extensão;
- II - Incentivar os cursos de graduação para que suas grades curriculares incluam pelo menos 10% de créditos referentes à participação em programas, projetos e outras ações de extensão por meio do cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação;

- III - Promover a inclusão de Ações Curriculares em Comunidade e em Sociedade nos projetos políticos-pedagógicos de, pelo menos, 60% dos cursos de Graduação, até 2016 por meio do cumprimento da Resolução 01/2013 do CONSEPE;
- IV - Transformar a TV-UFBA em um laboratório de formação de estudantes e em uma ferramenta central da política de visibilidade das atividades acadêmicas da UFBA e de formação de estudantes por meio de sua reestruturação e redimensionamento;
- V - Estimular a indissociabilidade entre os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de editais em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas;
- VI - Apoiar ações de extensão semestrais direcionadas aos servidores docentes e técnico-administrativos da UFBA por meio de parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas.

5. MACROPOLÍTICAS PARA A ÁREA MEIO

Como já dito antes, a UFBA sempre foi uma grande Universidade com presença marcante no cenário sociocultural baiano, o que sempre demandou investimentos e ações na criação e manutenção de várias estruturas indispensáveis a sua atuação. Assim, hospitais, museus, teatros, laboratórios, bibliotecas, editora, TV, estrutura para Tecnologia da Informação e Comunicação, entre edificações as mais diversas, compõem um complexo intra e extra sala de aula, intra e extra *campi*, que permeia todas as ações da Universidade no cumprimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com as transformações acadêmicas e físicas iniciadas em 2008 e, principalmente, com os novos projetos de construções, ampliações e reformas em edificações já existentes, fundamentais para a melhoria da infraestrutura da Instituição e a adequação à acessibilidade para atender as pessoas com necessidades especiais, procura-se criar infraestrutura compatível com o alcance dos objetivos descritos nesse PDI.

Para tal, se torna necessário o fortalecimento de ações que estabeleçam e concretizem os objetivos e diretrizes institucionais definidos, com autonomia acadêmica e administrativa que possibilite uma articulação entre as ações das diversas Unidades Universitárias e demais órgãos da UFBA.

Nesse sentido, entende-se que a gestão da UFBA é responsável pela eficiência e eficácia do seu sistema organizacional, e caracteriza-se pela atuação em âmbito interno, visando a otimizar e maximizar os recursos e o desenvolvimento de políticas para as áreas meio, possibilitando o alcance de seus objetivos e metas.

5.1 Planejamento e Gestão: Alguns Desafios

Parece-nos injustificável que a UFBA, formadora dos mais altos quadros profissionais em atuação no estado da Bahia e de pesquisadores em todas as áreas do conhecimento, padeça, ela mesma, de carências crônicas de especialistas em planejamento em seus quadros efetivos ou temporários. Tais carências têm dificultado o desenvolvimento de uma cultura de planejamento em todas as instâncias, sejam elas acadêmicas ou administrativas, repercutindo negativamente na eficiência e eficácia de sua gestão.

A UFBA tem utilizado como estratégia de gestão a descentralização de recursos para as unidades universitárias, baseada em fórmula cujos principais componentes estão relacionados às dimensões físicas de tais unidades. Todavia, a implantação do REUNI determinou a necessidade de novas ampliações, reformas e construções, modificando significativamente a estrutura física da UFBA, tornando inadequada a manutenção do cálculo historicamente adotado. Além disso, nesse período, houve mudanças substanciais nos mecanismos de avaliação dos cursos pelo MEC, considerando indicadores associados ao desempenho acadêmico. Desta forma, propõe-se a criação de um instrumento que considere os mesmos indicadores da Matriz de Alocação de Recursos entre as IFES, de forma que, independentemente da sua estrutura física, as unidades possam receber recursos condizentes com o seu desempenho acadêmico, contribuindo para aprimorar os mecanismos de governança institucional.

Todavia, essa distribuição sem um planejamento adequado não garante uma governança eficiente e eficaz. Assim, o grande desafio da UFBA para o próximo quinquênio é o desenvolvimento de uma ferramenta que instrumentalize as unidades acadêmicas e administrativas para a elaboração de um planejamento anual ou plurianual tendo como base um amplo diagnóstico, mapeando os pontos fortes e fracos, identificando as oportunidades e ameaças que interferem no seu desempenho de forma a reduzir os riscos dos processos administrativos; melhorar os indicadores garantindo a excelência acadêmica, ampliar os canais de comunicação externos e internos, bem como estimular a participação da comunidade para o alcance dos grandes objetivos institucionais, dentre outros aspectos. Será imprescindível, também, que as unidades universitárias façam uma previsão dos recursos necessários para realizar as atividades que serão propostas, estabelecendo prioridades, considerando que a administração central precisa planejar a aplicação dos recursos disponíveis e em conjunto com as unidades, desenvolver projetos para ampliar a captação de recursos junto às agências de fomento e os próprios ministérios. Espera-se que com o cumprimento desta meta a UFBA possa, de fato, gerenciar o seu orçamento global incluindo o orçamento das unidades universitárias, de forma planejada e participativa.

Para dar maior publicidade e transparência aos indicadores de desempenho institucional e como forma de subsidiar a comunidade interna na realização de seus planejamentos, tomou-se a iniciativa de dar continuidade à publicação do Anuário Estatístico da Universidade.

Apresentam-se a seguir, para qualificação do planejamento e gestão, e para o enfrentamento dos desafios desse período, diretrizes específicas, com o compromisso de

revisá-las a qualquer tempo, se do interesse da instituição ou para adequação a novas orientações do governo federal. Além disso, tem-se, aqui, como objetivo dar início aos estudos e discussões preliminares para a formulação do PDI do próximo quinquênio, período de 2017 – 2021, no curso da implantação e consolidação dos planejamentos plurianuais.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Planejamento e Gestão:

Diretriz

Romper com a inércia institucional pela implementação de uma cultura de planejamento na UFBA, estimulando e envolvendo suas Unidades Universitárias e Administrativas na elaboração do PDI, do Plano Diretor, do PDTI, dos Planos Estratégicos Plurianuais, na elaboração e na formatação de suas peças orçamentárias e na captação de recursos próprios.

Metas:

- I - implementar nas unidades universitárias e demais órgãos o Planejamento Estratégico para o triênio 2014 – 2016, e com a efetiva participação da comunidade universitária;
- II - estabelecer sistema informatizado de acompanhamento e avaliação dos Planos Plurianuais, com a emissão de relatórios trimestrais;
- III - implementar um instrumento (modelo, matriz ou planilha) de modo que o critério para a distribuição dos recursos para as unidades universitárias seja simétrico aos modelos de distribuição para as IFES;
- IV - aperfeiçoar o sistema informatizado de acompanhamento e controle da execução orçamentária, até o final de 2013;
- V - aperfeiçoar o sistema informatizado de acompanhamento e controle dos contratos e convênios acadêmicos, até o final de 2013;
- VI - prover e ou capacitar, até o final de 2014, técnicos especialistas em planejamento.

5.2 Ordenamento Organizacional

A UFBA pós Reuni, marcada pelo seu saudável crescimento tanto em novos *campi*, múltiplos espaços físicos, equipamentos, quanto em relação ao vigoroso aumento do corpo discente de graduação e de pós-graduação, reclama por agilidade, eficiência e eficácia no planejamento, execução, avaliação, acompanhamento e controle das diretrizes, iniciativas, programas e metas de natureza acadêmica e administrativa.

Para o enfrentamento de tais problemas, como questões e desafios, elaborou-se o Regimento da Reitoria, ainda em apreciação, e propuseram-se pequenas alterações no Regimento Geral da Universidade, de modo a permitir a criação de órgãos de execução, diretamente subordinados à Reitoria, ora denominados de Superintendências, que embora previstos no Estatuto da UFBA não chegaram a ser detalhados quando da elaboração do Regimento Geral.

A proposição de criação de Superintendências visa, primordialmente, a racionalizar e a dinamizar a administração em seus aspectos executivos, gerenciais e operacionais, liberando as pró-reitorias para exercerem suas competências e atribuições atinentes às funções de propor, planejar, coordenar, executar, assistir, supervisionar e fiscalizar a implementação das políticas gestadas para suas respectivas áreas de atuação.

Identificaram-se cinco áreas ou dimensões da administração que exigiam especial atenção e que poderiam ser desmembradas de pró-reitorias e dos órgãos estruturantes para constituírem-se em Superintendências, a saber, administração acadêmica, avaliação e desenvolvimento institucional, tecnologia da informação, educação a distância, meio ambiente e infraestrutura.

- I - Superintendência de Administração Acadêmica, a ser desmembrada da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, pela necessidade há muito identificada de que a gestão dos espaços de múltiplos usos, os de uso comum, os registros acadêmicos, a expedição de diplomas e certificados, dentre outros serviços hoje vinculados a outras pró-reitorias, não devem permanecer subordinados à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, desafogando-a para a realização de suas funções precípuas.
- II - Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional. Com esta nova Superintendência espera-se vincular a avaliação institucional, exigida pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, atividade hoje desempenhada de modo limitado pela Comissão Própria de Avaliação, aos processos de desenvolvimento institucional, na expectativa de que os diagnósticos avaliativos

se transformem em insumos para mudanças nos modelos de trabalho e de gestão da universidade. Assim, o processo de auto-avaliação, mais do que atender demandas externas legítimas, passa a ser uma ferramenta para a melhoria contínua do desempenho institucional.

- III - Superintendência de Tecnologia da Informação, em substituição ao Sistema Universitário de Informação, antigo Centro de Processamento de Dados, CPD, é de suma importância, uma vez que as modernas tecnologias da informação são imprescindíveis à gestão e à modernização da universidade em todas as suas áreas administrativas e acadêmicas.
- IV - Superintendência de Educação a Distância justifica-se, primeiramente, pela necessidade da universidade de atender os seus objetivos institucionais, alargando fronteiras, produzindo tecnologias socialmente aplicáveis ao ensino-aprendizagem, provendo condições de desenvolvimento econômico, social e cultural e inclusão social. Doutra parte, ações de EAD, por sua transversalidade, devem englobar atividades inerentes ao ensino de graduação, de pós-graduação e de extensão e não devem ser alocadas em uma única pró-reitoria, no caso, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação. Com a criação dessa superintendência, a universidade integrar-se-á, pela emulação, estímulo e incentivos a docentes e estudantes, num desejável programa de educação a distância, equiparando-se a muitas outras instituições federais congêneres que já alcançaram significativos patamares de atendimento nessa área.
- V - A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura visa a responder às muitas e complexas tarefas no que respeita ao meio ambiente e à infraestrutura, atualmente sob os controles da Prefeitura do *Campus* Universitário – PCU e da Assessoria de Planejamento Administrativo e Físico – APAF. São desafios que têm se constituído, em nossos dias, quer pelas concepções e consciência sobre o meio ambiente, quer pelo grande volume de obras de engenharia e atividades de manutenção da infraestrutura nos vários *campi*, enormes desafios da atual administração. São demandados serviços altamente especializados de arquitetura, de engenharia, de licitações, contratos, controles, fiscalização, processos e procedimentos no cotidiano da universidade. Tal volume de demandas, quase sempre urgentes, não encontra pronta resposta dentro da estrutura organizacional da atual PCU e APAF, justificando-se, pois, a criação de uma Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI.

5.3 Infraestrutura

A partir da aprovação da adesão da UFBA ao programa REUNI, em outubro de 2007, juntamente com captação de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares junto à bancada federal no Congresso Nacional e de projetos de pesquisa aprovados em órgãos nacionais e internacionais destinados ao financiamento de obras e aquisição de equipamentos laboratoriais de grande porte, foi necessário estabelecer nova reorganização infraestrutural dos *campi* da Universidade.

Nesse sentido, após intenso debate, foi aprovado pelo CONSUNI, em 2009, o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDDFAM) dos *Campi* da Universidade Federal da Bahia, estabelecendo as seguintes diretrizes:

- I. racionalizar ao máximo possível o uso do espaço físico e das instalações da UFBA;
- II. tornar mais eficiente o uso de imóveis e equipamentos da UFBA, com projetos arquitetônicos, estruturas organizacionais e de rotinas capazes de reduzir os custos de manutenção;
- III. promover, dentro dos limites de financiamento e respeitando as especificidades, maior racionalidade na localização espacial das unidades de ensino e instalações, agregando as edificações por área de conhecimento, proximidade geográfica e pertinência a grupos de formação afins;
- IV. fomentar a construção e ampliação de equipamentos de ensino de utilização compartilhada e gestão coordenada centralmente;
- V. concentrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão das unidades e órgãos da UFBA nos limites territoriais dos *campi* universitários;
- VI. estabelecer perfil-padrão de utilização para as edificações destinadas a abrigar as unidades universitárias;
- VII. tornar a Universidade social e ambientalmente mais acolhedora, dotando-a de mais segurança e acessibilidade, integrando serviços de apoio, atividades de ação comunitária e assistência estudantil nos *campi* da UFBA;
- VIII. preservar, no justo equilíbrio entre tradição institucional e demandas contemporâneas, o patrimônio histórico e cultural da UFBA, protegendo, visibilizando e valorizando as edificações de reconhecida relevância social e cultural;
- IX. preservar, ponderando disponibilidades e necessidades de espaço, o patrimônio ambiental da UFBA, ampliando, adensando e protegendo fauna e áreas verdes dos *campi*;

- X. articular o Plano Diretor da UFBA ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Político-Pedagógico da Universidade e das unidades e órgãos que a compõem;

Respeitando as diretrizes do PDDFAM e em consonância com as estratégias aprovadas, as indicações de obras para implementação do Plano Diretor foram classificadas em três tipos:

- I. Projetos de intervenções estruturantes dos *campi*.
- II. Projetos de instalações e equipamentos de uso coletivo.
- III. Projetos de investimentos em unidades participantes no REUNI.

Dentre as ações de sustentabilidade ambiental e seguindo as diretrizes do PDDFAM a Universidade vem ampliando o processo de recuperação e enriquecimento da cobertura vegetal no *Campus* de Ondina, ampliando as ações de racionalização do uso das águas através do Projeto Água Pura, já implantado em todas as unidades e órgãos da Universidade, e iniciado o projeto de eficiência energética, além de ter implantado projeto de Coleta Seletiva de papel com apoio de cooperativas de reciclagem de resíduos. Nesse particular, espera-se que até o final do ano de 2014 o Programa de Coleta Seletiva Solidária esteja implantado em todas as unidades e órgãos da UFBA.

Seguindo estas diretrizes, foram implantados mais de 50 projetos incluindo novas construções, ampliações e reformas em edificações já existentes.

Entretanto, alguns desses projetos estão sendo concluídos com tempo de implantação acima do planejado devido a problemas de paralisação de obras por parte das empreiteiras contratadas através de processo licitatórios, fatos que tem criado obstáculos ao pleno funcionamento de algumas unidades universitárias e dificultado o cumprimento dos prazos de modernização da infraestrutura da UFBA e cumprimento das metas do REUNI.

Vale ressaltar, ainda, que, apesar dos esforços da atual gestão em recuperar e manter os prédios com mais de 50 anos, esses demandam frequentemente altos investimentos em restauração e manutenção.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para a INFRAESTRURA as seguintes:

Metas:

- I – concluir o prédio da Residência Universitária Estudante Frederico Perez, situada na Avenida Anita Garibaldi;

II – concluir os prédios do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, sede dos Bacharelados Interdisciplinares;

III – construir os prédios do Complexo Esportivo e Educacional;

IV – construir o prédio do Instituto de Psicologia;

V – concluir os prédios dos Pavilhões de Aulas nos *campi* de Vitória da Conquista e Barreiras;

VI – concluir o novo prédio da Escola de Nutrição;

VII – concluir o novo prédio da Escola de Música;

VIII - concluir a Praça das Artes;

IX – concluir a reforma e ampliação dos prédios dos Institutos de Física e de Química, que passarão a formar o Complexo de Física-Química;

X – concluir reforma e/ou ampliação dos prédios da Escola Politécnica, do Instituto de Geociências, do Instituto de Matemática, do Instituto de Biologia, da Escola de Dança e da Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Farmácia, Escola de Medicina Veterinária, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Educação, Escola de Teatro, dentre outros;

XI – elaborar projetos para implantar, em 2014, a infraestrutura do *Campus* da UFBA na cidade de Camaçari, com previsão de conclusão para 2016.

XII – implantar a Unidade de Pesquisa no Parque Tecnológico do Estado da Bahia;

XIII – construir o prédio anexo do Instituto de Ciências da Saúde;

XIV – Reformar e ampliar o prédio da Residência Feminina - R3 para adequa-lo à implantação de um Centro Cultural;

XV - construir os prédios para as novas instalações da Maternidade Climério de Oliveira;

XVI - construir os prédios do Complexo para a integração dos acervos e atividades do Sistema Universitário de Museu;

XVII – elaborar projetos básicos e executivos para todas as obras vinculadas aos projetos de pesquisa financiados através dos editais CT-INFRA/FINEP.

A maioria desses projetos de obras se encontra em pleno desenvolvimento e tem previsão de conclusão até o final do ano de 2013.

5.4 Tecnologia da Informação e Comunicação

É importante ressaltar que na definição das diretrizes da área de Tecnologia da Informação deve ser dada atenção às diversas orientações governamentais. Em

particular, às definições da Portaria nº 11 do MPOG/SLTI, que cria a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), e da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 04/2008, no âmbito da contratação e execução dos serviços de TI, com o objetivo de melhorar o processo de governança em Tecnologia da Informação na administração pública

No atual contexto, é particularmente importante ressaltar que na definição de diretrizes e metas para a área de Tecnologia da Informação deve ser dada atenção às diversas orientações governamentais. Em particular, às definições da Portaria nº 11 do MPOG/SLTI, que cria a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), e da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 04/2008, no âmbito da contratação e execução dos serviços de TI, com o objetivo de melhorar o processo de governança em Tecnologia da Informação na administração pública.

Na definição das diretrizes, objetivos, metas, e ações na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), deve-se considerar:

- I - o papel estratégico das TIC na UFBA – elemento essencial para o desenvolvimento institucional;
- II - a sua natureza transversal que perpassa todas as atividades acadêmicas e da gestão e administração universitária;
- III - a necessidade de constante atualização tecnológica e oferta de serviços informatizados para a comunidade, visando à excelência e à expansão da universidade;
- IV - a importância e prioridade da segurança da informação, que deve ser protegida de forma a preservar sua integridade, sigilo e acessibilidade, uma vez que todo o conhecimento gerado é resultado da obtenção, armazenamento, processamento e divulgação de informações que estão em meio digital;
- V - o alcance das requer ações e investimentos em TIC, nas mais diversas áreas: governança (planejamento, gestão, desenvolvimento de políticas e normas), infraestrutura, desenvolvimento de sistemas, contratação de softwares, capacitação de pessoal, contratação de recursos humanos e contratação de serviços.

Nesse contexto, e em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para a Tecnologia da Informação e Comunicação:

Metas:

- I - instituir um Comitê Gestor de TI, capaz de legitimar e propor as diretrizes, políticas e programas na área de TI da UFBA, com o objetivo de estruturar iniciativas e ações de TI, além de mecanismos de acompanhamento e avaliação;
- II - propor políticas que devem orientar os processos de adoção, compra e desenvolvimento de softwares, com o objetivo de regularizar a situação de licenciamento de software;
- III - elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- IV - elaborar e divulgar no portal da UFBA a Carta de Serviços ao Cidadão (em atendimento ao decreto nº 6.932/2009);
- V - ampliar a infraestrutura do *data center* do Centro de Processamento de Dados nas suas diversas áreas (i) física (anti-incêndio, elétrica, climatização, segurança); (ii) computacional (servidores e armazenamento) e (iii) comunicação (rede de dados);
- VI - implantar um sítio de contingência (*site backup*), que garanta a disponibilidade dos serviços essenciais em caso de desastres no *data center* do CPD;
- VII - garantir a aquisição contínua de ativos de rede em quantidade suficiente para substituir os equipamentos antigos que não apresentam funcionalidades compatíveis com os requisitos mínimos de gerência e segurança da rede e ampliar o número de pontos de rede necessários em consequência da expansão da infraestrutura física da UFBA, particularmente em função do REUNI;
- VIII - melhorar a infraestrutura de comunicação dos *campi* do interior;
- IX - equipar e ampliar, qualitativa e quantitativamente, os laboratórios de informática da graduação;
- X - constituir e implantar um Comitê Gestor de Segurança da Informação;
- XI - elaborar e implantar uma Política de Segurança da Informação e uma Política de Uso dos Recursos de TI;
- XII - garantir a capacidade de desenvolvimento de sistemas de informação para atendimento às demandas de informatização dos processos gerenciais e operacionais, administrativos e acadêmicos da universidade, através da adoção

de um novo processo de contratação de desenvolvimento de sistemas de informação orientado a métricas (a exemplo de fábrica de software baseada em pontos de função). Para isso, deve ser elaborado um edital de contratação de serviços de desenvolvimento de software;

- XIII - ampliar e consolidar o repositório institucional de produção científica e acadêmica da UFBA no ambiente dSPACE (www.repositorio.ufba.br) para garantir o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística, técnica e tecnológica da instituição – portaria nº 024/2010 do Reitor da UFBA;
- XIV - adotar as políticas, diretrizes e recomendações técnicas do padrão e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – decreto nº 5.296/2004) no Portal UFBA e nos sítios de unidades administrativas e acadêmicas da universidade.

5.5. Financiamento

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016 tem a sua execução vinculada aos orçamentos anuais de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, cuja fonte principal de financiamento é o Tesouro, com aporte de 82% do orçamento global, acrescido de recursos próprios, diretamente arrecadados pela Universidade, em torno de 2%, e de 16% que correspondem às descentralizações oriundas do MEC ou de outros órgãos federais. Evidencia-se, pois, que a União via MEC é, de fato, a mantenedora da Universidade, assegurando os recursos que dão sustentação econômico-financeira às suas atividades fim e meio.

Entretanto, para o fiel cumprimento de sua alta função social, mormente nos campos do desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão, da assistência estudantil, da qualificação do corpo docente e técnico-administrativo, da formação de competências nas áreas profissionais, dos relevantes serviços na área da saúde e da contínua necessidade de ampliação, modernização e manutenção de sua infraestrutura física (instalações e equipamentos), a UFBA terá que envidar esforços, por todos os meios ao seu alcance, para assegurar significativo incremento de recursos ao seu orçamento, quer no montante que lhe é assegurado pelo Tesouro via MEC, quer nas formas de arrecadação de recursos próprios, quer na intensificação dos mecanismos que lhes garanta maior aporte proveniente de descentralizações.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Financiamento:

Diretriz

Elevar indicadores de desempenho institucional de modo a incrementar aportes de recursos orçamentários e extraorçamentários destinados à expansão, à modernização e à manutenção da Universidade.

Metas:

- I - induzir, emular e apoiar ambicioso programa de qualificação do corpo docente, de tal modo que, ao final desse PDI, a UFBA possa contar com, pelo menos, 97% de pós-graduados em seu quadro, sendo pelo menos 80% desse percentual de docentes com titulação de doutoramento;
- II - incentivar, estimular e apoiar docentes, discentes e dirigentes, departamentos e colegiados, para um esforço comum e contínuo, visando a elevar, em pelo menos 20% nos percentuais de diplomação no ensino de graduação e de pós-graduação e igual percentual de redução de evasão no ensino de graduação, por área de conhecimento;
- III - incentivar e mobilizar a comunidade universitária para a cultura de elaboração e apresentação de projetos a órgãos do poder municipal e estadual, particularmente àqueles com maior grau de afinidade com a Universidade, sem desprezar empresas públicas ou privadas, com vistas a dobrar a captação de recursos próprios, elevando-os ao patamar de 4% do orçamento;
- IV - induzir, subsidiar e apoiar dirigentes de unidades/órgãos, servidores docentes e técnicos administrativos para uma cultura de elaboração e apresentação de projetos que visem à captação de recursos via descentralizações, especialmente do Ministério da Educação, suas autarquias e fundações, bem como de outros órgãos da esfera federal, costumeiramente parceiros das instituições federais de ensino superior, de tal modo a, pelo menos, duplicar a captação desses recursos;
- V - promover uma cultura de eficiência e eficácia na gestão dos recursos da UFBA, eliminando todas as formas de desperdício (energia, água, telefonia, transporte, papel e descartáveis), otimizando recursos e maximizando resultados, de modo a atingir uma redução de pelo menos 10% nas despesas

de custeio com consequente incremento nos recursos destinados a investimentos.

5.6 Política de Assistência Estudantil

Da implantação do Programa de Reservas de Vagas, resultaram mudanças significativas no perfil do corpo discente da UFBA, gerando novos desafios que levaram ao estabelecimento de um conjunto de políticas voltadas para a permanência e integração desses estudantes na universidade, bem como o estabelecimento de medidas que permitam a conclusão dos cursos em tempo regular e com garantia de qualidade.

A Tabela 5 (p. 23) mostra os percentuais de candidatos classificados no processo seletivo da UFBA, no período entre 2004 a 2011, conforme a cor ou raça, e evidenciam as mudanças operadas no perfil do alunado após a adoção de políticas afirmativas. Esses dados, associados aos constantes na Tabela 3 (p. 17), pertinentes à origem dos discentes conforme a instituição de origem, permitem inferir que mudanças começam a ser operadas na UFBA e na sociedade em função da aplicação dessas políticas, evidenciando o alcance social de tal medida.

Até o ano de 2002, a política de assistência estudantil da UFBA atendia uma pequena minoria de estudantes com perfil socioeconômico de baixa renda, oriunda do interior do estado. Nessa época, o perfil socioeconômico do corpo discente revelava uma universidade elitista, com pouco mais de 11% do corpo discente da graduação composto por estudantes carentes.

Com a ampliação de vagas de graduação, a partir de 2003, e a implantação do Programa de Ações Afirmativas, em 2005, houve expressivo aumento da demanda por apoio material, social e acadêmico, a fim de viabilizar a permanência e o sucesso dos estudantes carentes em seus itinerários formativos na universidade. Parte da missão social da universidade, políticas consistentes de assistência estudantil justificam-se pela constatação de que, devido a condições socioeconômicas desfavoráveis, esse segmento do corpo discente tem maior risco de atrasar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica.

À época, 2003, a UFBA contabilizava cerca de 5.400 estudantes oriundos de escolas públicas, com renda familiar *per capita* de, no máximo, dois salários mínimos. Desses, somente 1.087 eram atendidos pelos programas de assistência estudantil da universidade, número muito aquém da demanda real. Os programas de moradia

atendiam a 350 estudantes, com 250 vagas em residências estudantis e 100 bolsas-moradia no valor de 250 reais. No que concerne à alimentação, em Salvador, a capacidade de atendimento era de apenas quatrocentas refeições/dia num restaurante instalado em condições precárias na Residência Estudantil da Vitória. Existiam oito programas restritos de apoio à permanência, financiados pelo MEC, instituições públicas e privadas do estado da Bahia que asseguravam cerca de 250 bolsas por mês. Nos *campi* de Vitória da Conquista e Barreiras (ambos oriundos do processo de interiorização da UFBA), não havia qualquer possibilidade de atendimento as demandas por assistência estudantil.

No ano de 2007, a discussão sobre assistência estudantil ganhou destaque em meio à elaboração do Projeto REUNI/UFBA em virtude da prioridade dada a esta atividade pelo decreto que o instituiu. Como resultado, na proposta de adesão da UFBA ao Programa REUNI aprovada em 19 de outubro de 2007, foram incluídas as seguintes metas:

- I - ampliar, gradualmente até 2012, em pelo menos 200%, os atendimentos a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica contemplados nas diversas modalidades de apoio social e acadêmico;
- II - reservar, em todos os programas de assistência estudantil, 50% das vagas para cotistas e 50% das vagas para não-cotistas em situação de vulnerabilidade social e econômica;
- III - ampliar, reequipar e reestruturar o Serviço Médico Universitário Rubens Brasil, tornando-o Centro de Promoção da Saúde da UFBA;
- IV - concluir a construção do Complexo Residencial Estudantil, na Avenida Garibaldi;
- V - ampliar o Programa Bolsa-Moradia com expansão progressiva do financiamento e oferta de bolsas por ano;
- VI - implantar o Programa Bolsa-Alimentação para os *campi* de Barreiras e Vitória da Conquista;
- VII - aumentar o número de bolsas de permanência, na medida da captação de recursos, diversificando os programas pertinentes.

Graças ao Programa de Ações Afirmativas, entre 2005 e 2009, a UFBA incorporou mais de 11,5 mil estudantes de famílias de baixa renda que, hoje, representam mais de 40% dos estudantes de graduação. Isso ocorre em todos os cursos, incluindo os de mais alta concorrência que, em 2002, acolhiam menos de 10% de estudantes provenientes de escolas públicas (e, menos ainda pobres, negros e índios), (vide Tabela 3, p. 17).

Para atender essas demandas, vários programas foram implantados e/ou ampliados. Como resultado, em 2012, mais de 5.000 estudantes são atendidos nos diversos programas, destacando-se os auxílios para moradia, alimentação, transporte, creche e auxílios eventuais para aquisição de óculos, medicamentos, material didático e para organização ou participação em eventos acadêmicos ou esportivos. Desse modo, pode-se afirmar que o Programa Permanecer constituiu-se em um instrumento inovador e eficaz de apoio institucional à permanência e ao sucesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação. Atualmente, entre outras ações, são oferecidas 750 bolsas para execução de projetos em três eixos de ação, correspondentes às atividades fins da universidade, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Esse Programa foi criado em 2007, com recursos oriundos da política de descentralização orçamentária da SESU/MEC, permitindo a oferta de bolsas de permanência, conforme previsto no Plano REUNI/UFBA. As primeiras bolsas do programa foram implantadas no ano de 2008, atendendo aos *campi* de Salvador (500 bolsas), Barreiras (65 bolsas) e Vitória da Conquista (35 bolsas). Desde sua criação, o programa estruturou-se como rede de ações nos campos da extensão, de atividades docentes e atividades institucionais, voltadas, principalmente, à formação e ao apoio social aos estudantes. Além disso, visa à consolidação de novas propostas e estratégias capazes de possibilitar a sustentabilidade da política de acesso e permanência no ensino de graduação da UFBA.

Consoante com a realidade acima descrita e a partir da constatação da grande mudança operada no perfil socioeconômico dos estudantes da UFBA, cuja tendência é a de desenvolvimento de ações que a consolidem, fixam-se, nos próximos anos, diretrizes e metas para garantir a permanência qualificada de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica nos cursos do ensino de graduação de todos os *campi* da UFBA.

Diretriz

Consolidar e ampliar as políticas de assistência estudantil, com metas que garantam o acesso e a permanência, com investimento em ações sociais, acadêmicas, artísticas e culturais, pautado pelos princípios da equidade, da justiça e da responsabilidade recíproca.

Metas:

- I - construir uma Residência Universitária no *Campus Canela/Graça*, cujo projeto deverá estar concluído até 2014;
- II - implantar um sistema de transporte *intraCampus* e *intercampi* acessível, eficiente e ecologicamente sustentado (passarelas, planos inclinados, ônibus *intercampi*);
- III - instalar, em cada *Campus* da UFBA, pelo menos uma unidade de restaurante universitário, cujos projetos deverão estar concluídos até 2014;
- IV - ofertar pelo menos um curso de língua estrangeira para todos os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica;
- V - ampliar a oferta de auxílios moradia, transporte, alimentação e de bolsas do Programa Permanecer em, pelo menos, 10%, em todos os *campi* da UFBA;
- VI - investir na melhoria das instalações e em material didático-pedagógicos para a CRECHE/UFBA;
- VII - implantar o programa de arte e cultura, esportes, atividades físicas e lazer, com projetos concluídos até 2014;
- VIII - ampliar em, pelo menos, 50% a oferta de auxílios para organização e participação em eventos acadêmicos;
- IX - ampliar em, pelo menos, 20% os serviços de apoio e atenção à saúde dos estudantes;
- X - ampliar em, pelo menos, 50% os atendimentos em serviços de atenção à saúde dos estudantes;
- XI - criar, em articulação com o Sistema Universitário de Editoração (EDUFBA) uma revista eletrônica para publicação de trabalhos dos estudantes do Programa Permanecer;
- XII - consolidar e ampliar o Projeto Conviver;
- XIII - adequar o espaço físico do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais – NAPE, para atendimento a todos estudantes com necessidades especiais educacionais até 2014;
- XIV - apoiar as Unidades que tenham estudantes com necessidades educacionais especiais, até 2016;
- XV - promover, no mínimo, duas campanhas anuais para formação em políticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais;
- XVI - promover campanhas voltadas para convivência, que eliminem preconceito, estereótipo e discriminação de região, raça, gênero e etnia.

5.7. Política para o Corpo Técnico-Administrativo

Historicamente, a UFBA tem padecido de carência de servidores técnico-administrativos para o pronto atendimento de suas funções básicas e para os avanços em seu desenvolvimento institucional. Mais recentemente, com a ampliação da sua infraestrutura e expansão acadêmica (criação de novos *campi*, de novas unidades universitárias, aumento de cursos, de vagas, de matrículas e de uma gama de outros serviços), impõe-se, urgentemente, vigoroso redimensionamento do corpo técnico-administrativo permanente, aumentando seu número e promovendo melhores oportunidades para a melhoria de sua qualificação, condição necessária ao desempenho de sua alta função de Instituição universitária.

Ressalte-se, ainda, o significativo descompasso entre o incremento de docentes no quadro permanente e aquele verificado em relação aos técnicos administrativos, quando da implementação do REUNI, cujo número de servidores modificou-se de 3289 em 2007, para 3279 em 2011, com variação negativa. Entretanto, tal carência foi parcialmente mitigada via contratação de pessoal para apoio administrativo.

É urgente, portanto, que a UFBA envide todos os esforços ao seu alcance para conseguir novos códigos de vagas para o quadro permanente de pessoal técnico-administrativo e, simultaneamente, amplie e requalifique o plano de desenvolvimento de seus servidores, de modo a capacitá-los para consolidar a expansão e o salto qualitativo almejado para a Instituição.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para a Política do Corpo Técnico-Administrativo:

Diretriz

Prover condições para o provimento de cargos no quadro permanente, crescimento profissional, integração plena à vida universitária e racionalização e eficácia dos serviços, com atenção à qualidade de vida e satisfação pessoal no trabalho.

Metas:

- I - ampliar em, pelo menos, 356 o quadro de referência do Pessoal Técnico-Administrativo;
- II - elaborar e planejar os programas de educação continuada, e de qualificação profissional dos servidores técnico-administrativos, até final de 2013;
- III - promover programas de educação continuada, e de qualificação profissional, que elevem o desenvolvimento e o comprometimento dos servidores técnico-administrativos, com rebatimento na qualidade e eficiência no trabalho, com alcance de 60% do contingente, até 2016;
- IV - promover eventos, no mínimo, quadrimestrais (encontros, colóquios, seminários, oficinas, debates e cursos) que contribuam para o desenvolvimento de uma cultura organizacional baseada em valores, normas e hábitos éticos e de responsabilidade pessoal e coletiva;
- V - promover, pela criação de ambientes adequados e estrategicamente pensados, o desenvolvimento de pessoas com impactos para a qualidade de vida, satisfação pessoal e no trabalho;
- VI - promover ações que viabilizem a implantação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), até 2014.

5.8 Política para o Corpo Docente

Tomando-se o período 2007-2011 (graduação e pós-graduação), registra-se um incremento de, aproximadamente, 30% no quadro permanente, elevando-se de 1.746 para 2.257 o número de docentes. Tal incremento é proporcionalmente desigual na relação de 29,26% de docentes x 84,02% de vagas, mas, é praticamente igual na relação docente 29,26% x 39,71% matrículas efetuadas. O quantitativo de vagas evoluiu de 5.602 para 10.309, e a matrícula de 25.906 para 36.195, incluindo as vagas em cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Note-se que não foram computados docentes substitutos e temporários, e, da mesma forma, vagas e matrículas de cursos de EAD e *Lato Sensu*, Residências e Programas Especiais de Licenciatura.

Até o ano de 2007, a realização de concursos para suprir vacâncias dos cargos docentes (aposentadorias, exonerações, etc.) dependia de autorização do Ministério da Educação. Com a publicação da Portaria Interministerial MPO/MEC nº 22/2007, permitiu-se que cada IFES realizasse concurso, independentemente de autorização prévia, desde que dispusesse do cargo vago e fosse respeitado o banco de professores equivalentes a ela atribuído pela referida portaria. Entretanto, o MEC não redistribuiu para as IFES os

cargos docentes que foram desocupados e recolhidos por aquele ministério anteriormente ao ano de 2007, gerando-se um passivo não resolvido até o momento.

O dimensionamento do corpo docente necessário à criação de cursos novos e ao acréscimo de vagas em cursos já existentes, no bojo do projeto REUNI-UFBA, pactuado com o MEC, foi realizado em comum acordo com as unidades universitárias, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e expresso em unidades de professor equivalente a dedicação exclusiva (DDE). Considerando-se a distribuição de docentes entre os três regimes de trabalho, a expectativa era a UFBA receber 117 cargos docentes para cada DDE pactuado. No entanto, para cada DDE pactuado, apenas um cargo docente foi redistribuído, ampliando-se a defasagem já mencionada anteriormente, de sorte que o déficit global atingiu o patamar de 337 cargos no ano de 2011.

A percepção do déficit no corpo docente da UFBA torna-se mais fácil quando se compara, no período de 2007 a 2011, a evolução do número de docentes com os incrementos, tanto no número de vagas de ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação, quanto no número de estudantes matriculados nesses cursos. Em 2007, o corpo docente totalizava 2.267 professores, sendo 1.751 do quadro permanente e 516 do quadro complementar. Em 2011, a UFBA contava com 2.688 professores (2.237 + 451), ou seja, produziu-se um acréscimo de 19% no período considerado. Em contrapartida, a ampliação do número de matrículas ultrapassou o dobro desse percentual, atingindo cerca de 40% (de 25.906 para 36.195). A discrepância acentua-se quando se consideram as vagas de ingresso que passaram de 5.602 para 10.309, ou seja, cresceram 84%, cifra que representa mais de quatro vezes o acréscimo do corpo docente.

Tal situação tem acarretado, dentre outras questões, sobrecarga de trabalho para os docentes, além de dificuldades para assegurar a oferta de disciplinas básicas para o ensino de graduação.

Ademais, uma universidade que se quer pautar e primar pela excelência acadêmica há que perseguir o alcance de seus objetivos institucionais referentes à consecução de metas que assegurem corpo docente quantitativa e qualitativamente adequado aos seus fins primordiais: ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão, sem se descuidar da gestão da própria Instituição.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para a Política para o Corpo Docente:

Diretriz

Prover a UFBA de quadro docente permanente quantitativa e qualitativamente apto ao desenvolvimento de suas atividades-fim e, no que couber, de suas atividades-meio.

Metas:

- I - obter a redistribuição para a UFBA de 337 cargos da carreira do magistério superior, tornando a dimensão do quadro docente compatível com o banco de professores equivalentes;
- II - alcançar, no mínimo, o patamar de 80% de docentes doutores;
- III - aumentar em, pelo menos, 20% o número de docentes do quadro permanente em estudos pós-doutorais no exterior;
- IV - elevar o percentual de Pesquisadores Bolsistas de Produtividade do CNPq na PG em, pelo menos, 20%;
- V - promover a ampliação do número de professores permanentes nos Programas de PG da UFBA, envolvendo doutores que ainda não atuam na Pós-Graduação.

5.9 Órgãos Estruturantes

Os Órgãos Estruturantes compõem sistemas institucionais vinculados à Reitoria, destinados à gestão e execução de ações específicas da administração acadêmica, que devem preencher os seguintes requisitos essenciais:

- I - desempenhar atividades essenciais e integradoras das funções acadêmicas;
- II - atender a necessidades gerais da comunidade universitária;
- III - atuar dentro dos objetivos institucionais da universidade.

Desse modo, são necessárias políticas específicas, traduzidas em objetivos, diretrizes e metas para o período, que visem dar o suporte às diversas atividades no âmbito acadêmico, quanto à prestação de serviços à população, como no caso de hospitais, museus, bibliotecas e editoração.

5.9.1 Sistema Universitário de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da UFBA (SIBI) é responsável pelo funcionamento sistêmico das bibliotecas da universidade, a fim de oferecer suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como nos campos das tecnologias, das artes e da cultura.

O Sistema Universitário de Bibliotecas tem como objetivo implementar ações voltadas para a eficiência no trabalho com a informação; construir interrelações entre as bibliotecas do sistema e dentro de cada uma delas; e atender melhor as necessidades dos usuários internos e externos à Universidade.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Sistema Universitário de Bibliotecas:

Diretriz A

Consolidar a implantação do Sistema Universitário de Bibliotecas mediante modernização de suas instalações, equipamentos e lotação de pessoal qualificado.

Diretriz B

Planejar e implementar ações voltadas para a eficiência no trabalho com a informação; construir interrelações entre as bibliotecas do sistema e dentro de cada uma delas; e atender eficazmente às necessidades dos usuários internos e externos.

Metas:

- I. finalizar e submeter ao conselho competente proposta de Regimento Interno do Sistema Universitário de Bibliotecas, até o final de 2013;
- II. Desenvolver e ampliar, paulatina e continuamente, a coleção das bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFBA - SIBI com novas aquisições, incluindo acervos eletrônicos, e aqueles destinados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais, incluindo obras em Braille e *audiobooks*;
- III. Redimensionar, anualmente, as seções de referência das bibliotecas de grande porte, quanto ao atendimento de pessoas com necessidades especiais, a exemplo, de locomoção, audição e visão;

- IV. migrar conteúdos de dança e outras temáticas das fitas VHS e discos de vinil para CD's do acervo multimeios da Seção Memória da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa – BURMC, até o final de 2014;
- V. organizar e proteger o acervo de plantas arquitetônicas do *Campus* de Ondina no acervo da Seção Memória da BURMC;
- VI. digitalizar e organizar o acervo de fotografias da Seção Memória da BURMC, em 100%;
- VII. informatizar 100% do acervo das bibliotecas que compõe o Sistema Universitário de Bibliotecas;
- VIII. instalar o Portal de Segurança do Sistema de Bibliotecas da UFBA para propiciar o livre acesso a todas as bibliotecas, até o primeiro semestre de 2014;
- IX. implantar o autoatendimento automatizado para empréstimo e devolução nas bibliotecas de grande porte (BUS, BURMC, FFCH, Exatas, Politécnica);
- X. avaliar os metadados retrospectivos do Repositório Institucional, em 100%;
- XI. instalar o laboratório de restauração e preservação de material bibliográfico, até 2014;
- XII. digitalizar continuamente o acervo retrospectivo de teses e dissertações da Seção Memória da BURMC;
- XIII. implementar, no mínimo anualmente, cursos de capacitação para os técnicos bibliotecários, servidores e assistentes administrativos das bibliotecas;
- XIV. reestruturar as instalações das bibliotecas de Belas Artes, Teatro, Maternidade Climério de Oliveira (MCO), Faculdade de Direito, Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO e CETAD, até o final de 2015;
- XV. expandir, gradualmente, o horário de funcionamento de todas as bibliotecas no turno noturno e nos finais de semana;
- XVI. climatizar todas as unidades do Sistema Universitário de Bibliotecas, até o final de 2015;
- XVII. implantar a MIDIAATECA na BURMC, cujo projeto deverá estar concluído até junho de 2014;

5.9.2 Sistema Universitário de Saúde

A UFBA dispõe de uma extensa e complexa rede de unidades de saúde que atuava de forma independente e dispersa, não otimizando o aproveitamento adequado dos recursos disponíveis, nem racionalizando a oferta de serviços. Visando a racionalizar recursos,

suprir necessidades e superar deficiências de gestão, está em curso a implantação do Sistema Universitário de Saúde.

O Sistema Universitário de Saúde, sistema institucional vinculado à Reitoria, tem como finalidade a gestão e execução de ações específicas da administração acadêmica na área da saúde, atendendo aos seguintes requisitos essenciais:

- I - desempenhar atividades essenciais e integradoras das funções acadêmicas;
- II - atender a necessidades gerais da comunidade universitária, e
- III - atuar conforme os objetivos institucionais da Universidade.

O Sistema Universitário de Saúde é composto por:

- I - Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (COM-HUPES), incluindo o Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), os Ambulatórios Especializados Professor Francisco Peixoto de Magalhães Neto (AMN) e o Centro Pediátrico Professor Hosanah de Oliveira (CPPHO);
- II - Maternidade Climério de Oliveira (MCO);
- III - Hospital de Medicina Veterinária Renato de Medeiros Neto (HOSPMEV);
- IV - Serviço Médico Universitário Rubem Brasil (SMURB);
- V - Outros entes, programas e serviços de atenção e assistência à saúde, tais como:
 - a) Ambulatório de Odontologia Clínica da Faculdade de Odontologia;
 - b) Clínica de Dietoterapia da Escola de Nutrição;
 - c) Sistema Laboratorial UFBA, composto dos laboratórios da Faculdade de Farmácia (Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Diagnóstico de Doenças Autoimunes e Alergias, Laboratório de Toxicologia, Laboratório de Análises Especializadas em Biologia Molecular e Hematologia), e do Instituto de Ciências da Saúde (Laboratório de Imunologia e Biologia Molecular);
 - d) Centro Docente Assistencial de Fonoaudiologia (CEDAF) do Instituto de Ciências da Saúde;
 - e) Serviço de Psicologia João Mendonça do Instituto de Psicologia;
 - f) Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas (CETAD) e Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti (ARD-FC) da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA;

g) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS e CAPSad) sob administração da UFBA.

Trata-se, portanto, de uma grande estrutura, maior que a de muitas cidades brasileiras, que além de servir à formação de estudantes de vários cursos de graduação e de pós-graduação, oferece serviços de saúde, com qualidade, à população da cidade de Salvador e do estado da Bahia.

Todo esse complexo requer grandes investimentos em ampliação e recuperação de prédios, renovação de equipamentos, atualização tecnológica, pessoal qualificado e em quantidade suficiente, material de consumo os mais diversos, entre outras necessidades, o que traz grandes encargos para a universidade tanto em termos administrativos, quanto financeiros.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Sistema Universitário de Saúde:

Diretriz A

Promover aliança logística, com a padronização de processos comuns a todas as unidades e serviços de atenção a saúde da Universidade Federal da Bahia, bem como a descentralização, com autonomia, para as atividades específicas e de rotina, visando a racionalizar os recursos assistenciais, equipamentos e programas de ensino, superando redundâncias e desperdícios.

Diretriz B

Integrar as unidades e serviços de atenção à saúde da Universidade Federal da Bahia, viabilizando relação unificada e mais efetiva com as instâncias de financiamento e regulação municipal, estadual e federal.

Diretriz C

Consolidar a implantação do Sistema Universitário de Saúde (SIUNIS) mediante modernização de suas instalações, equipamentos e lotação de pessoal qualificado.

Metas:

- I - finalizar e submeter ao conselho competente proposta de Regimento Interno do Sistema Universitário de Saúde, até o final de 2013;
- II - desenvolver e atualizar sistemas informatizados para acompanhamento e controle da aplicação dos recursos próprios e patrimoniais do Sistema e de suas unidades;
- III - articular a logística de suprimentos de materiais e serviços das unidades e serviços de atenção à saúde da UFBA;
- IV - promover a captação continuada de recursos para a sustentabilidade das unidades e serviços de atenção à saúde;
- V - promover e integrar o desenvolvimento de tecnologias em saúde nas unidades e serviços de atenção à saúde.

5.9.3 Sistema Universitário de Museus

A UFBA possui 3 museus e 1 galeria de arte: Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu de Arte Sacra, Museu Afro-Brasileiro e Galeria Cañizares. Para cumprir seus objetivos enquanto órgãos acadêmicos e de prestação de serviço à sociedade está sendo implantado o Sistema Universitário de Museus.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Sistema Universitário de Museus:

Diretriz

Consolidar a implantação do Sistema Universitário de Museus mediante modernização de suas instalações, equipamentos e lotação de pessoal qualificado.

Metas:

- I. finalizar e submeter ao conselho competente proposta de Regimento Interno do Sistema Universitário de Museus, até o final de 2013;
- II. desenvolver estratégias, programas e ações que resultem num vigoroso processo de divulgação dos seus acervos para os públicos internos e externos à Universidade, inclusive no exterior;

- III. articular com as pró-reitorias acadêmicas e outros órgãos, buscando viabilizar a introdução de componentes curriculares nos cursos de graduação, que promovam a visitação aos acervos dos museus que compõem o sistema;
- IV. buscar formas e meios para ampliação dos atuais museus e seus acervos, bem como a implementação de novos museus ou congêneres;
- V. implementar, no mínimo, anualmente, cursos de capacitação para os técnicos, servidores e assistentes administrativos Sistema Universitário de Museus.

5.9.4 Sistema Universitário Editorial

O Sistema Universitário Editorial tem como finalidade a difusão da produção científica, tecnológica, técnica, artística e cultural da Universidade, constituindo-se num canal de comunicação com a própria Instituição, bem como com a sociedade. Nesse processo, há uma reciprocidade de influências que resulta não só no enriquecimento das partes envolvidas, como no estabelecimento de novas políticas acadêmicas.

O Sistema Universitário Editorial - EDUFBA, na sua função de difusora do conhecimento produzido pelos docentes, pesquisadores, extensionistas, técnicos e estudantes da Universidade Federal da Bahia, já contabiliza mais de 600 títulos publicados nas diversas áreas temáticas e dispõe de três livrarias próprias, onde comercializa, além da sua produção, a de outras 60 instituições, e de algumas editoras privadas de todo o Brasil.

Em sua Política Editorial, o Sistema Universitário Editorial - EDUFBA prioriza os seguintes tipos de publicação:

- I. livros resultantes de teses de doutorado e dissertações de mestrado;
- II. livros de apoio ao ensino de graduação, a exemplo dos que compõem a Coleção Sala de Aula e a Coleção Manuais;
- III. coleções temáticas, a exemplo da Bahia de Todos e Coleção Nordestina;
- IV. coletâneas relacionadas às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação da UFBA;
- V. cadernos temáticos em forma impressa e digital.

Quanto à disseminação da produção científica da UFBA, a Editora vem cumprindo com esta função através da publicação de livros em suporte papel e a disponibilização desta produção, em formato eletrônico, através do Repositório Institucional (RI) da UFBA. Em 2011, a EDUFBA publicou 102 novos títulos, além de reimpressões e reedições de livros

do seu catálogo. Foi publicado o primeiro audiolivro (livro falado associado a um *software* o MECdayse, que transforma texto em áudio) direcionado ao público em geral, mas, especialmente, para atender aos portadores de necessidades visuais especiais. No RI estão disponíveis em formato 'pdf', em acesso aberto, 186 títulos, dentre eles o *Manual de Estilo Acadêmico*, utilizado pelos estudantes de graduação e de pós-graduação, sendo este o título com o maior número de acessos.

Em consonância com os objetivos e as diretrizes institucionais, item 3.1, e do acima exposto, fixam-se para o Sistema Universitário Editorial - EDUFBA:

Diretriz A

Consolidar a implantação do Sistema Universitário Editorial - EDUFBA mediante modernização de suas instalações, equipamentos e lotação de pessoal qualificado.

Diretriz B

Possibilitar o cumprimento da função social da Universidade, por meio da edição e divulgação da produção científica, tecnológica, técnica, artística e cultural, bem como, publicar no âmbito interno e externo da Universidade, o conhecimento dos diferentes campos do saber, produzido por docentes, pesquisadores, extensionistas, técnicos, estudantes.

Metas:

- I. finalizar e submeter ao conselho competente proposta de Regimento Interno do Sistema Universitário de Editoração, até o final de 2013;
- II. implementar o que determina o Regimento Interno da Reitoria a respeito do Sistema Universitário de Editoração – EDUFBA, particularmente quanto à EDUFBA Virtual, até 2014;
- III. publicar, com regularidade, os originais aprovados pelo seu Conselho Editorial, em suporte papel ou eletrônico, para disponibilização;
- IV. desenvolver coleções em diferentes gêneros e formatos, com atualização anual, em atendimento às necessidades da comunidade científica;

- V. incrementar a celebração de convênios e acordos, visando a publicações em forma de coedições e de parcerias;
- VI. promover eventos, periódicos, que envolvem e orientem a comunidade acadêmica quanto aos parâmetros de qualidade e às tecnologias disponíveis para a editoração de livros e revistas;
- VII. participar de eventos locais, regionais e nacionais para divulgar, distribuir e vender sua produção editorial no circuito universitário e no mercado editorial nacional;
- VIII. requalificar e ampliar Livrarias e Postos de Venda;
- IX. desenvolver políticas de *marketing*, para assegurar regular distribuição dos produtos da editora;
- X. implementar, no mínimo, anualmente, cursos de capacitação para os técnicos, servidores e assistentes administrativos do Sistema Universitário Editorial.

Este PDI, embora tenha sido aprovado pelo Colendo Conselho Universitário em sessão realizada no dia 11 de janeiro de 2013, foi submetido à revisão, com correções, acréscimos, supressões, mediante expressa recomendação do mesmo Conselho e foi, após consideração da Administração Central, reencaminhado para apreciação do CONSUNI, dando-lhe esta forma definitiva.

Aprovada pelo Conselho Universitário esta versão atualizada do PDI 2012/2016 em 25.10.2013.

Dora Leal Rosa
Reitora
Presidente do Conselho Universitário